

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA

LINO JOSÉ PACHECO FERREIRA

**Caça às Bruxas:  
Iniciativas de perseguição em Uberlândia no primeiro ano do Golpe  
Civil-Militar**

Uberlândia

2024

LINO JOSÉ PACHECO FERREIRA

**Caça às Bruxas:  
Iniciativas de perseguição em Uberlândia no primeiro ano do Golpe  
Civil-Militar**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Toscano Correia.

Uberlândia

2024

LINO JOSÉ PACHECO FERREIRA

Caça às Bruxas:

Iniciativas de perseguição em Uberlândia no primeiro ano do Golpe Civil-Militar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Toscano Correia.

Uberlândia, 18 de abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Toscano Correia

---

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha

---

Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha família, meu pai Joaquim, minha mãe Fabiana e minha irmã Nathália. Essas são as pessoas que mais estiveram presentes em minha vida até os dias de hoje. Os ensinamentos transmitidos pelos três, bem como a sua dedicação, foram essenciais para que eu conseguisse finalizar essa etapa. Agradeço aos três, mais uma vez, pela paciência, compreensão, companhia e incentivos, especialmente durante os percalços de minha jornada na graduação.

Agradeço aos demais familiares pelo incentivo e apoio dados ao longo de minha trajetória de vida.

Agradeço a minha amiga Andressa, uma grande companheira que conheci durante o curso de graduação, pelo apoio, companheirismo e os bons momentos que passamos juntos durante essa jornada.

Agradeço a minha orientadora Iara pelo incentivo, paciência e ensinamentos dados durante o processo de produção deste estudo, acompanhando todas as etapas, desde o surgimento das ideias mais iniciais.

Agradeço aos amigos e colegas do Núcleo de Registro de Pessoal pelos ensinamentos e companheirismo dedicados ao longo dos últimos anos, que também foram essenciais para a conclusão dessa etapa.

Agradeço aos amigos e colegas do curso de história que estiveram ao meu lado nessa jornada, pelos ensinamentos e aprendizados, além dos momentos de diversão e descontração.

Por fim, agradeço àqueles que não foram citados, mas prestaram suas contribuições ao longo dessa jornada.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca problematizar as iniciativas de repressão desenvolvidas na cidade de Uberlândia em 1964, nos meses iniciais da Ditadura Civil-Militar. Envolveram-se nas iniciativas, pessoas importantes da sociedade local – algumas na condição de vítimas e outras que colaboraram com as autoridades militares. Esse trabalho desenvolve-se a partir da análise de duas fontes documentais relacionadas ao recorte local uberlandense, as atas da Câmara Municipal e um Inquérito Policial Militar – instaurado por militares do batalhão do Exército local para a apuração das chamadas “atividades subversivas”. Por meio da análise dessa documentação, problematiza-se a atuação de integrantes da classe política local, que ocupavam cargos no Legislativo municipal, ao colaborar com a perseguição aos opositores do regime. Este trabalho organiza-se em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado às discussões conceituais e teóricas a respeito do Golpe de 1964 e o regime ditatorial no Brasil, em diálogo com algumas das principais obras historiográficas já produzidas a respeito, nos âmbitos nacional e local. O segundo capítulo centra-se nos processos desenvolvidos na cidade de Uberlândia, promovendo a contextualização do cenário e examinando as fontes que tratam dos processos de repressão desenvolvidos, bem como a participação de sujeitos da sociedade civil, com destaque para os integrantes da classe política local. No terceiro capítulo faremos uma reflexão a partir de como esse tema pode ser tratado no Ensino Fundamental nas aulas de história, a partir de uma proposta de sequenciamento didático que envolve o tema da Ditadura Civil-Militar e a História Local. Desta forma, estão em discussão questões inerentes às iniciativas de repressão desenvolvidas nos primeiros meses após o Golpe de 1964, na cidade de Uberlândia, e que contaram com o envolvimento de segmentos da sociedade civil, como a classe política.

**Palavras-chave:** Ditadura Civil-Militar; Uberlândia; história local; ensino de história.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O GOLPE E A CONSTITUIÇÃO DE UMA DITADURA: DISCUSSÕES SOBRE O EVENTO HISTÓRICO E SEU ESTADO DA ARTE .....</b>	<b>11</b>
1.1 –Retrospecto histórico do Golpe de 1964 e a Ditadura Civil-Militar .....	11
1.2 –Discussões historiográficas sobre o Golpe de 1964 .....	20
1.3 –O que já foi produzido sobre a Ditadura Civil-Militar em Uberlândia .....	25
<b>CAPÍTULO 2 – A CAÇADA AOS “SUBVERSIVOS” DA CIDADE JARDIM .....</b>	<b>31</b>
2.1 – A Cidade Jardim e suas contradições .....	31
2.2 – O Inquérito Policial Militar (IPM) .....	36
2.3 – Câmara Municipal de Uberlândia em 1964 .....	44
2.4 – Perfil dos vereadores indiciados e denunciantes .....	52
<b>CAPÍTULO 3 – PENSANDO CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA .....</b>	<b>58</b>
3.1 – Proposta de sequenciamento didático sobre Ditadura Civil-Militar em Uberlândia..	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>71</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

Este ano completam-se sessenta anos do golpe deflagrado pelos militares e que deu início a uma ditadura que perdurou por mais de duas décadas. Um dos períodos mais sombrios da história nacional, devido às inúmeras violações de direitos humanos cometidas pelo regime autoritário.

O interesse pela temática vem da escassez de maiores discussões sobre a participação de setores da sociedade civil no regime ditatorial. Vários sujeitos aproveitaram-se do regime instituído após o Golpe de 1964 para se fortalecerem, estreitando laços com os centros de poder da nação. Conseqüentemente, muitas dessas figuras mantiveram sua influência, do ponto de vista político e econômico, mesmo após o fim da Ditadura Civil-Militar. Tratam-se, sobretudo, de elementos ligados à classe política e ao empresariado, grandes latifundiários, banqueiros e empresários de diversos segmentos, que nunca integraram os quadros das Forças Armadas do Brasil, mas que se aliaram aos militares, visando benefícios.

No universo acadêmico, essa discussão não é recente, desde a década de 1980 já existem produções que analisaram a participação de elementos da sociedade civil no Golpe de 1964 e o regime civil-militar que o sucedeu, a exemplo do estudo de René Armand Dreifuss (1981). Todavia, especialmente fora do universo acadêmico, essa é uma discussão pouco desenvolvida. Algo nítido quando se observam as várias figuras que ocuparam cargos públicos durante a Ditadura Civil-Militar e que se mantiveram presentes no cenário político nacional, mesmo após a redemocratização. Antônio Carlos Magalhães<sup>1</sup> e José Sarney<sup>2</sup> são exemplos de políticos que compuseram os governos militares e, posteriormente, continuaram ocupando cargos de alto escalão na política nacional até recentemente.

Para além disso, ainda há um grande número de cidades, ruas e equipamentos públicos diversos, espalhados por todo o território nacional, cujos nomes fazem referência às autoridades

---

<sup>1</sup> Político que ocupou diferentes cargos políticos durante a Ditadura Civil-Militar, mediante indicação de autoridades do regime, foi prefeito de Salvador e governador da Bahia ao longo de vários anos. Após a redemocratização, elegeu-se governador da Bahia e senador da República pelo mesmo estado. Ocupou cadeira no Senado Federal até a sua morte, em 2007.

<sup>2</sup> Político que, apesar de ter feito oposição ao Golpe de 1964, apoiou todos os governos da Ditadura Civil-Militar. Durante o regime, o mesmo foi governador do Maranhão e senador da República pelo mesmo estado. Também foi o primeiro civil a ocupar a presidência da República após o fim do regime ditatorial. Foi presidente do Brasil entre 1985 e 1990, posteriormente, elegeu-se senador pelo Amapá, cargo que ocupou até 2015.

da Ditadura Civil-Militar<sup>3</sup>. Na cidade de Uberlândia, por exemplo, ainda há ruas<sup>4</sup>, escolas<sup>5</sup> e terminais rodoviários<sup>6</sup> com nomes de presidentes e de outras pessoas que integraram os governos militares, inclusive, a principal avenida da cidade<sup>7</sup>. Ou seja, várias figuras que participaram do regime ditatorial detêm grande prestígio até os dias de hoje. Portanto, há uma urgente necessidade de se discutir junto à sociedade essa problemática. Uma tarefa difícil, porém, indispensável

Por si só, a temática da Ditadura Civil-Militar é um assunto latente na sociedade brasileira, uma questão sensível devido às políticas autoritárias adotadas, bem como às inúmeras violações de direitos humanos cometidas durante o regime. Além do mais, existe uma grande disputa de memórias acerca desse período. Disputa, essa, que se intensificou nos últimos anos, com o fortalecimento de narrativas ufanistas. Algo que fica nítido quando se observa as manifestações ocorridas, meses atrás, em frente aos quartéis do Exército ao redor de todo o país, acompanhadas dos atos terroristas de 8 de janeiro de 2023, em que os manifestantes/terroristas clamaram por um golpe de Estado das Forças Armadas e depredaram o Palácio do Planalto e as sedes do Congresso Nacional e do Superior Tribunal Federal (STF).

Ademais, este trabalho não abordou a temática da Ditadura Civil-Militar de um modo generalista, mas mobilizou-o em perspectiva com a história local da cidade de Uberlândia. A produção historiográfica sobre a Ditadura Civil-Militar é bastante ampla e diversificada. Entretanto, é uma bibliografia que aborda o regime, basicamente, a partir dos acontecimentos ocorridos nos principais centros urbanos da nação – Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Com isso, a bibliografia a respeito da ditadura em regiões interioranas, como Uberlândia, é ainda reduzida.

O presente estudo<sup>8</sup> buscou problematizar os processos de repressão desenvolvidos na cidade de Uberlândia em 1964, durante o primeiro ano da ditadura. Momento de consolidação do regime e constituição dos primeiros mecanismos de perseguição a opositores. A pesquisa foi

---

<sup>3</sup> HIRABAHASI, Gabriel; Spechoto, Caio. Brasil tem 918 locais com nomes de presidentes da ditadura 60 anos depois do golpe. **Terra**, 2024. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/brasil-tem-918-locais-com-nomes-de-presidentes-da-ditadura-60-anos-depois-do-golpe,71640d7c5edb447227871fd3f81fef378ee6cle8.html>>. Acesso em: 06 de abr. 2024.

<sup>4</sup> No bairro Morada da Colina há ruas e avenidas com o nome dos três primeiros presidentes da Ditadura Civil-Militar: Rua Presidente Castelo Branco, Rua Presidente Costa e Silva e Avenida Presidente Médici.

<sup>5</sup> A Escola Estadual Marechal Castelo Branco localiza-se no bairro Jaraguá, a poucos metros do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado do Exército Brasileiro.

<sup>6</sup> Terminal Rodoviário Presidente Castelo Branco é o nome oficial da rodoviária de Uberlândia.

<sup>7</sup> A Avenida Rondon Pacheco é uma das principais vias de trânsito da cidade e seu nome faz homenagem a um político local que ocupou cargos de alto escalão em diferentes governos da ditadura.

<sup>8</sup> Este trabalho foi desenvolvido por meio de um projeto de pesquisa de iniciação científica voluntária (PIVIC), a declaração de registro do projeto encontra-se nos anexos.



desenvolvida a partir da análise de uma versão parcial do Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado na cidade de Uberlândia para a investigação das chamadas “atividades subversivas” em 1964. Essa documentação<sup>9</sup> foi localizada no Sistema de Informações do Arquivo Nacional<sup>10</sup> (SIAN).

A análise do referido IPM traz uma contribuição original para o estudo da Ditadura Civil-Militar, a partir do recorte local uberlandense. Além de ser uma documentação que ainda não foi explorada na literatura local sobre o tema, ele evidencia a participação direta de importantes sujeitos da sociedade local nos processos de repressão. Figuras que integravam os sindicatos, os quadros do magistério e a classe política local envolveram-se diretamente na perseguição aos opositores do regime ditatorial, alguns colaboraram, denunciando os chamados “subversivos” para as autoridades militares, e outros foram vitimados, perseguidos pela repressão. Entretanto, até o momento, essa fonte documental não foi mencionada por nenhum outro estudo acadêmico que tratou da ditadura em diálogo com o recorte local uberlandense. Ou seja, a partir do ineditismo dessa fonte, pretendemos contribuir com a discussão que, até o momento se valeu de fontes jornalísticas para narrar esse episódio da história local.

No presente estudo não se pretendeu, de forma alguma, esgotar as possibilidades de análise dessa fonte documental. Em vista disso, procurou-se desenvolver uma análise mais descritiva, com o intuito de divulgar a fonte e suas potencialidades. Para isso, foram produzidas tabelas e listas com informações dos numerosos denunciantes e indiciados mencionados ao longo do inquérito, incluídas nos anexos para uma melhor visualização. Ao mesmo tempo, a pesquisa pretende denunciar e problematizar a participação das chamadas elites uberlandenses nos processos de repressão.

Durante a realização dos estudos, privilegiamos as figuras que ocupavam os cargos no Legislativo municipal, devido à possibilidade de complementação da análise a partir de uma outra fonte documental, as atas da Câmara Municipal de Uberlândia, disponíveis para consulta no Arquivo Público de Uberlândia. Portanto, o trabalho de pesquisa foi iniciado a partir do escrutínio do IPM e continuado com a investigação das atas da Câmara, a fim de entender os impactos das políticas de repressão sobre os membros do Legislativo local. Durante o desenvolvimento das investigações, descobriu-se que as iniciativas de repressão desenvolvidas

---

<sup>9</sup> Segundo dados do SIAN, essa documentação está identificada com o título “Atividades Subversivas em Uberlândia MG”, proveniente do fundo do Serviço Nacional de Informações, código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007683 e data de produção inicial de 01/10/1982 – a data de produção diz respeito ao encaminhamento de uma cópia desse inquérito para guarda junto ao setor de arquivo do SNI em 1982, uma vez que a versão original do documento foi produzida em 1964.

<sup>10</sup> Site virtual do Governo Federal que disponibiliza na internet, para consulta pública, vários documentos que se encontram sob a guarda do Arquivo Nacional.

na Câmara Municipal de Uberlândia são anteriores à instauração do IPM. Mesmo assim, as análises acerca do IPM foram apresentadas antes das atas do Legislativo, no texto, a fim de melhor retratar o decurso e o raciocínio desenvolvidos no presente estudo.

Todo esse esforço foi feito com o objetivo de evidenciar o envolvimento de figuras da sociedade local nos processos repressivos, alguns na condição de vítimas e outros na condição de colaboradores que auxiliaram as autoridades militares. No decorrer da pesquisa, foi interessante notar como vários dos políticos perseguidos pelos militares desapareceram da vida pública, ao passo que os colaboradores se perpetuaram no poder, ocupando cargos de destaque nas esferas local, regional e nacional nas décadas seguintes, mesmo após o fim da ditadura. Ou seja, será que os políticos locais obtiveram benefícios junto às autoridades militares, denunciando os seus pares “subversivos”? Será que esses políticos se aproveitaram do momento vivido no para retirar seus opositores da vida pública e se perpetuar no poder? São questões instigantes que surgiram no decurso das investigações.

Por meio delas, também procuramos trazer contribuições para o Ensino de História. Além de contribuir para a divulgação do conhecimento histórico, nosso intuito é o de ampliar a compreensão de estudantes da educação básica sobre os impactos da ditadura na vida das pessoas do lugar. Em geral, a temática da Ditadura Civil-Militar é retratada nos livros didáticos apenas como um reflexo da história nacional. Contudo, a partir dessa contribuição, é possível que estudantes do ensino básico percebam que a história política pode impactar toda a vida social de um país. Assim, foi produzida uma proposta metodológica sobre a temática da ditadura em articulação com a história local de Uberlândia, voltada para a educação básica.

No primeiro capítulo, intitulado “O Golpe de 1964 e a constituição do regime ditatorial: uma discussão acerca do evento histórico e seu estado da arte”, desenvolvemos uma discussão a respeito do Golpe de 1964 e o início da Ditadura Civil-Militar. A análise se inicia a partir dos eventos, sujeitos e processos que marcaram o período, se desdobra com a mobilização de alguns dos principais estudos historiográficos que tratam da temática e finaliza com a análise dos estudos já produzidos sobre o regime ditatorial em diálogo com a história local uberlandense.

O segundo capítulo, “A caçada aos ‘subversivos’ da Cidade Jardim”, inicia-se com a contextualização da cidade de Uberlândia na década de 1960, com o intuito de apresentar o cenário em que ocorreram os processos de repressão, mencionados neste mesmo capítulo. Em seguida, os processos repressivos foram tratados a partir da análise do IPM e da documentação produzida pela Câmara Municipal de Uberlândia. Um exercício necessário, com o objetivo de denunciar e problematizar o envolvimento de nomes importantes das elites locais nas iniciativas de perseguição a opositores do regime ditatorial.

No terceiro capítulo, intitulado “Pensando contribuições para o Ensino de História”, foi proposto uma metodologia voltada para o ensino básico, a fim de contribuir com a área do Ensino de História. A proposta consiste em um sequenciamento didático sobre a Ditadura Civil-Militar em articulação com a história local uberlandense, a partir da centralidade do uso da documentação em sala de aula e da pesquisa como forma de ensinar como é construído o conhecimento histórico. Pretendemos que os estudantes reflitam sobre as profundas relações entre a história nacional e a história local.

## **CAPÍTULO 1 - O GOLPE E A CONSTITUIÇÃO DE UMA DITADURA: DISCUSSÕES SOBRE O EVENTO HISTÓRICO E SEU ESTADO DA ARTE**

No presente capítulo pretende-se discutir o golpe de 1964 e os anos iniciais do regime que o sucedeu, nos âmbitos nacional e local. Uma discussão que será desenvolvida a partir dos principais eventos, sujeitos e processos envolvidos. A Ditadura Civil-Militar é um dos temas mais estudados dentro da historiografia brasileira. Dessa forma, naturalmente, torna-se inviável abordar tais estudos em sua totalidade. Mesmo assim, a proposta de discussão a respeito do estado da arte do regime civil-militar foi mantida, com a mobilização de algumas das principais teorias que tratam do golpe de 1964 e do regime civil-militar. Em sequência, pretende-se analisar, mais especificamente, a historiografia que trata desse período enfocando a história local da cidade de Uberlândia

Nesse sentido, grande parte dos fatos mencionados no texto foram retirados do livro *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, de Marcos Napolitano, fundamental para contextualização histórica do período abordado. O próprio autor define o livro como uma síntese da trajetória histórica do regime civil-militar, privilegiando a esfera factual, mas sem abster-se dos debates teóricos. Tendo sido escrito em um passado recente e publicado no ano de 2014, sua escrita contemplou o diálogo com as principais discussões e descobertas historiográficas sobre a temática em estudo na atualidade. A obra *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* (2004), do historiador Carlos Fico, também foi importante para a escrita do capítulo, uma vez que contempla um compilado dos principais modelos teóricos e interpretativos acerca do Golpe de 1964 e o regime civil-militar.

### **1.1 - Retrospecto histórico do Golpe de 1964 e a Ditadura Civil-Militar**

O regime civil-militar deixou suas marcas na economia, na política e em outras estruturas que compõem a nação brasileira. Inúmeros foram os sujeitos vítimas de opressão, tortura e demais violências cometidas durante o período ditatorial. Nesse período, vários cidadãos brasileiros tiveram que buscar exílio no exterior, fugindo da barbárie, enquanto outros simplesmente não resistiram e tiveram suas vidas ceifadas. Ao mesmo tempo, outros sujeitos beneficiaram-se com o regime, apoiando-o em troca de privilégios, como o acúmulo de riquezas e a obtenção de vantagens. Houve casos em que políticos se aproveitaram do momento de constituição do aparato repressivo a seu favor para perseguir e eliminar adversários políticos, como os processos que ocorreram em Uberlândia e serão melhor detalhados no próximo capítulo.

Para melhor compreender o Golpe de 1964 é necessário entender o contexto que o antecedeu, o clima político do Brasil no início da década de 1960. No primeiro ano da década ocorreram eleições para o cargo de presidente da República, para a escolha do sucessor de Juscelino Kubitschek, presidente responsável pela construção de Brasília e que promoveu a aceleração do processo de industrialização. Entretanto, o governo de J.K. foi responsável, igualmente, pelo aumento da inflação e da dívida pública do Estado.

Naquela eleição, também estava em disputa a vice-presidência da República. No entanto, a legislação eleitoral da época permitia a realização de votações separadas para os cargos de presidente e vice. Assim, o eleitorado poderia votar em nomes de chapas distintas e, conseqüentemente, elegê-los para os dois cargos do Poder Executivo Federal. Uma possibilidade que tornou-se realidade em 1960. Nessa conjuntura, Jânio Quadros, político em uma trajetória de ascensão meteórica, apoiado por grupos conservadores de direita, elegeu-se presidente. Contudo, João Goulart, conhecido popularmente como Jango, um político ligado aos movimentos sindicais e principal herdeiro do legado político de Getúlio Vargas, elegeu-se vice-presidente para o mesmo mandato de Quadros.

O governo de Jânio Quadros não foi muito bem sucedido. Sem conseguir obter apoio do Congresso, deu destaque à pauta dos costumes, com a proibição do uso de biquínis nas praias e das rinhas de galo, em detrimento de questões estruturais mais urgentes. Além disso, no cenário da Guerra Fria, promoveu uma política externa com acenos aos países socialistas, a exemplo da condecoração de Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Dessa maneira, fomentou-se o descontentamento tanto do governo dos Estados Unidos, quanto dos políticos conservadores que apoiaram Quadros na eleição.

Com apenas sete meses de governo, Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961. O mesmo acreditava que o povo e os segmentos da classe política que o apoiaram na eleição de 1960 clamariam pelo seu retorno ao poder, assim voltaria à presidência da nação fortalecido para negociar com o Congresso. Entretanto, não foi o que aconteceu, após a renúncia não ocorreram grandes movimentações para o seu retorno ao poder. (Fausto, 2006, p. 442).

A saída repentina de Jânio Quadros deu início a uma crise institucional relacionada à sucessão da presidência do país. A Constituição vigente à época previa que o vice-presidente deveria assumir em situações desse tipo. Entretanto, boa parte da classe política e das Forças Armadas, setores marcadamente conservadores, recusava veementemente a passagem de poder para João Goulart, um político de esquerda e sindicalista. Tais grupos temiam que a ascensão do ex-ministro do Trabalho de Vargas culminasse em uma revolução comunista brasileira.

Desse modo, iniciou-se o processo de ruptura do Estado e do país, que dividiu as Forças Armadas, a classe política nacional e a própria sociedade civil. Uma parcela da nação, composta majoritariamente por figuras que identificavam-se com o campo progressista, colocou-se a favor da campanha legalista para que João Goulart assumisse o poder. Ao mesmo tempo, grupos mais conservadores da sociedade brasileira defendiam o seu impedimento e até mesmo sua prisão.

Nesse quadro, segmentos das Forças Armadas contrários à ascensão de Jango ensaiaram a tomada de poder, por meio de uma junta militar que governou o Brasil nos primeiros dias após a renúncia de Quadros. Os militares aproveitaram-se do fato de que o vice-presidente estava em uma viagem internacional no momento. O impasse foi solucionado pelo Congresso Nacional com a aprovação do regime parlamentarista em 1º de setembro de 1961. Poucos dias depois, no feriado de Independência do Brasil, Goulart foi empossado presidente do país. Todavia, não assumiu o poder de fato nesse momento. A instituição do regime parlamentarista foi uma iniciativa formulada pelos congressistas para solucionar a crise institucional vivida pelo Estado brasileiro, além de minar a possibilidade de ascensão de forças progressistas de esquerda ao poder. Denotando, assim, o caráter marcadamente conservador, bem como golpista da classe política brasileira. Aspecto mencionado por Napolitano:

O fato de não ter ocorrido uma guerra civil de proporções consideráveis não deixa de ser um mérito da engenharia política brasileira. Mas não se pode negar o caráter golpista do parlamentarismo, apelidado de ‘golpe branco’ pelos setores mais à esquerda. Ainda mais porque, desviando-se do próprio princípio parlamentar, o chefe de Estado não podia dissolver o Congresso e convocar novas eleições. Ou seja, o importante era tirar os poderes de Goulart e não criar um sistema político robusto e administrativamente eficaz (Napolitano, 2014, p. 35).

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963 esteve vigente no Brasil um regime parlamentarista. No entanto, esse período ficou marcado pela continuidade das crises política e econômica que afligiam o país e pelas desavenças entre o novo presidente e o Parlamento, relacionadas à nova divisão de poder. No início de 1963 ocorreu um plebiscito para a definição do regime político brasileiro. O presidencialismo venceu e João Goulart finalmente assumiu o poder de fato.

A partir desse momento, Jango se deparou com um grande desafio: a necessidade de conciliar as demandas dos movimentos de esquerda e de base popular, seus aliados de longa data, com o apoio das forças conservadoras, maioria no Congresso Nacional e, conseqüentemente, essencial para assegurar a governabilidade. As dificuldades inerentes à tentativa de adotar uma política conciliatória marcaram o governo de Goulart, do início ao fim.

Uma das primeiras iniciativas do governo de Jango, a partir de 1963, foi a implementação do Plano Trienal. Uma medida elaborada para a mitigação de duas grandes problemáticas que o país enfrentava nesse período e que estavam em voga na agenda política brasileira. A primeira e mais urgente era a crise econômica, caracterizada pela alta inflação e a dificuldade de manter o crescimento econômico, a segunda era a discussão das reformas de base. Conforme observa Napolitano:

O Plano Trienal [...] fora pensado em dois tempos: o primeiro seria dedicado ao controle da inflação e retomada do controle das finanças públicas. Neste ponto, o plano era ortodoxo e seguia a receita clássica do Fundo Monetário Internacional (FMI) [...] - restrição salarial, restrição ao crédito e corte de despesas do governo. Passado este primeiro momento de ajuste estrutural, o Plano Trienal previa a retomada do desenvolvimento das reformas estruturais. (Napolitano, 2014, p. 39)

No entanto, o Plano Trienal tornou-se um fator de desagregação do Governo de João Goulart. Os setores de esquerda, especialmente os movimentos sindicais, ficaram descontentes com a proposta de sacrifício dos trabalhadores contida no plano. O empresariado nacional também se opôs ao plano, devido à proposta de restrição de crédito e por considerá-lo uma ameaça ao livre mercado, de modo geral.

Em relação às reformas de base, é necessário entender que, desde o início da década de 1960, elas representavam uma das principais pautas da política brasileira. Esse conjunto de reformas estruturais - agrária, educacional, eleitoral, tributária, urbana e dentre outras - representava, para muitos, o grande impulso para o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira. Inclusive, havia adeptos do reformismo tanto entre integrantes dos movimentos de esquerda, quanto dos da direita conservadora. Durante o curto período parlamentarista as discussões a respeito das reformas vinham se intensificando, até Goulart chegar ao poder e colocar a questão como uma das prioridades de seu governo. A partir desse momento, as reformas praticamente dominaram as discussões do Congresso Nacional e da sociedade brasileira em geral. A maioria dos segmentos da sociedade entendia a necessidade das reformas. Todavia, existiam grandes divergências a respeito da sua implementação. As forças de esquerda reivindicavam a sua adoção mais imediata, enquanto os segmentos mais conservadores defendiam a implementação gradual. Mais um fator que complexificou a política conciliatória do governo de Jango.

Por conseguinte, a partir do início de 1964, Jango aproximou-se mais das forças do campo político de esquerda e recorreu à politização das ruas, em resposta às dificuldades de obter apoio do Parlamento e negociar com o mesmo. Nesse momento, iniciou-se o planejamento de uma série de grandes comícios reformistas, organizados pelos movimentos sociais com o

apoio do Governo Federal, que seriam realizados ao redor do país. O primeiro grande comício aconteceu no Rio de Janeiro, na Central do Brasil, em 13 de março de 1964. A ideia era que as manifestações pressionassem a classe política para a aprovação das reformas de base. Nessa conjuntura, os setores conservadores da sociedade brasileira mobilizaram-se para dar uma resposta às movimentações da esquerda. Em 19 de março do mesmo ano ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na cidade de São Paulo, um protesto contra o comunismo, as reformas de base e o governo de João Goulart. A manifestação contou, predominantemente, com a participação de lideranças religiosas, empresários e segmentos mais conservadores da classe média.

Durante o governo de João Goulart, as conspirações para que os militares assumissem o poder se fortaleceram, tanto dentro das Forças Armadas, quanto entre a própria sociedade civil. Conspirações que se disseminaram e foram impulsionadas pelos ideais de conservadorismo e anticomunismo. Os conspiracionistas também encontraram respaldo junto à sociedade civil, traduzida nas manifestações populares contra o governo Jango e nos posicionamentos da grande imprensa.

Nesse sentido, é importante mencionar que a grande mídia brasileira, de orientação predominantemente liberal, colocou-se na oposição ao governo vigente e a favor de uma eventual tomada de poder pelos militares. Como bem observou Napolitano: “A imprensa preparou o clima para que os golpistas de todos os tipos, tamanhos e matizes se sentissem mais amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela ‘opinião publicada’” (Napolitano, 2014, p, 47).



Figura 1 - Capa do periódico *Jornal do Brasil*, Ed. nº 62, 15 e 16 de março de 1964.



**HELIO FERNANDES**  
Diretor Responsável  
ANO XV — N.º 4301  
Rio de Janeiro, 16 de março de 1964

# TRIBUNA

DA IMPRENSA

● **DE GAULLE LANÇA "FRENTE"**  
De Gaulle chega, esta tarde ao México, para lançar a sua "frente para a América Latina", nova etapa da diplomacia francesa neste continente e que estabelece a competição com a EUA em todo o Ocidente. (F. 7).

**Evitar a guerra civil**

O CONGRESSO inicia os seus trabalhos, este ano, num clima de alta tensão política e social. E, o que é mais grave, covardemente anulado na sua própria sobrevivência.

**AMEAÇA-O** de forma inofensiva, atrevida e inaudível, um dos três Poderes que ao lado do Legislativo e da Judiciário, constitui a base da República e o Executivo.

**N**o comício totalitário realizado no Central do Brasil, e em sua própria Memória, o sr. João Goulart se não esconde nem moveu a sua posição, antes a revolta com intolerável agressividade e pausada arrogância. Mobilizando preceitos espúrios, custeados pelos poderes públicos saqueados, de volta a reforma da Constituição, para atacar o capítulo das integridades, assegurar o voto do analfabeto, devolver à legalidade o Partido Comunista, alterar direitos e garantias do Instituto de propriedade.

**P**REGANDO a subversão social, incitando o País à guerra civil, o sr. João Goulart revelou, agora, a verdadeira medida de suas ambições. Não se limitar mais com uma República Sindicalista. Quer a implantação (e urgente) por força de uma Constituição a favor de um Congresso demitido, acusado e aterrorizado da República Sindical e Campesina. E último intento e finalizador na Fúria Armada cobrada no humilhante e inconstitucional processo de guarda prapriana de seus planos subversivos, como um instrumento de pressão.

**E**STE é o quadro nítido e irrefutável: o presidente da República contra o Congresso e a Constituição, o amarrando a facção com a desordem e o desmoronamento da nação sem uma guerra civil.

**E**STE é o Congresso também não se voltar contra ao lei e a Constituição. É não é um presidente da República. É um despotismo pregando a desordem, o caos, o desespero coletivo.

**E**STA é a última advertência que Jango e sua anarquia, estupidíssima, ou não fazem senão que, no Congresso ou em outros setores da liderança e da segurança nacional, ainda acreditam na política de conciliação e de tolerância. Mas o próprio presidente da República tendo cruzado a fronteira

**CAMPANHA VISA A PRESSIONAR CONGRESSO EM BENEFICIO DA MENSAGEM DO PRESIDENTE**



● O Comando Geral dos Trabalhadores, na reunião de hoje, na CNTI, vai esboçar a campanha de pressão sobre o Congresso Nacional, com a articulação, inclusive, de uma greve geral, a fim de que os parlamentares atendam às proposições reformistas do Presidente da República. (Ayrton Gomes informa em "SINDICATOS", na página cinco)

**DE GAULLE LANÇA "FRENTE"**



**JANGO UNIDO A BRIZOLA POR REFORMA ELEITORAL**

Visando, sobretudo, a revisão do capítulo das integridades, o sr. João Goulart, juntamente com o deputado Leonel Brizola, vai deflagrar uma campanha de pressão sobre o Congresso, em favor da mensagem reformista. (Letícia no página dois)

**Duzentos mil serão mobilizados**

● COMICIO DE SEXTA-FEIRA FOI A ARRANCADA PARA O GOLPE

● DISCURSO SUBVERSIVO DE JANGO PROVOCA A TENSÃO GERAL

# Goulart quer fechar Congresso a 1.º de maio

**AMEAÇA DE GOLPE TRAZ ARRÁIS AO SUL: FRENTE**



Transferência temporária do Congresso para o Rio é solução defendida pela maioria parlamentar como meio de assegurar a sobrevivência.

Marginalização do Congresso e possibilidade de Brasília ser isolada pela ação do Executivo servem de justificativa para a providência.

Figura 2 - Capa do jornal *Tribuna da Imprensa*, Ed. n.º 4301, 16 de março de 1964.

Acima estão as capas de dois dos jornais de maior circulação à época, publicadas em março de 1964, o *Jornal do Brasil* e a *Tribuna da Imprensa*. O último de propriedade de Carlos Lacerda, um dos maiores opositores políticos do presidente Jango. Nos meses anteriores ao Golpe de 1964, foram publicadas várias reportagens, manchetes e editoriais que caracterizavam o presidente João Goulart como um político de pretensões golpistas e com propostas autoritárias e radicais.

Outrossim, os Estados Unidos também estiveram presentes no momento da trama do golpe. Desde o final da década de 1950, havia preocupação com as movimentações da esquerda no Brasil, devido à ação das Ligas Camponesas<sup>11</sup> no Nordeste, vistas como a versão brasileira das guerrilhas que promoveram a revolução em Cuba. O governo estadunidense também incomodava-se com a política externa brasileira, considerada independente demais e influenciada pela esquerda, devido ao seu não alinhamento à agenda do Ocidente. Como bem observa Napolitano: “[...] até o final de 1963 Washington trabalhava sistematicamente contra o presidente Jango, mas não tinha se decidido pelo apoio incondicional a um golpe de Estado protagonizado ostensivamente pelos militares” (Napolitano, 2014, p. 60). Washington temia que Goulart estivesse tramando um golpe para a instauração de uma ditadura no Brasil, com o apoio dos movimentos de esquerda, que poderia desencadear em um regime totalitário comunista.

<sup>11</sup> Associações de trabalhadores rurais criadas em torno da luta pela reforma agrária e a ampliação de direitos da categoria, concentradas principalmente no Nordeste, cujo ápice de suas movimentações deu-se entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960. C.f.: Montenegro, 2012;

Fato é que, a partir do governo de Lyndon Johnson, os serviços de inteligência e de espionagem dos Estados Unidos intensificaram suas ações em território brasileiro. Os agentes do governo estadunidense mantinham contato direto com os grupos de conspiração golpista, participando, inclusive, da elaboração dos planos de ação. Foi dessa forma que ocorreu o planejamento da operação “Brother Sam”, por exemplo. Tal plano previa a participação dos Estados Unidos no golpe por meio de apoio diplomático e logístico, sem atuação direta no processo de tomada de poder, que deveria ser realizado exclusivamente pelas Forças Armadas brasileiras (Napolitano, 2014, p. 62).

Entretanto, inexistia uma conspiração unificada no Brasil. Havia no lugar um grande número de iniciativas conspiratórias espalhadas pelo território nacional, com um pequeno nível de articulação, mas sem um plano de ação claro e centralizado (Fico, 2004, p. 42). A ação golpista foi iniciada por um grupo de conspiracionistas capitaneado pelo general Olympio Mourão Filho e ligado ao governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, na noite do dia 31 de março de 1964. O levante militar foi executado de forma precipitada, sem planejamento prévio ou mesmo uma comunicação adequada com os agentes do governo dos Estado Unidos e as demais células golpistas em atividade à época. Atores, esses, que prontamente aderiram ao golpe, assim que tomaram ciência do mesmo.

Depois de iniciado o levante militar, nem os movimentos de esquerda, nem mesmo o próprio presidente, organizaram movimentos de resistência. Jango não tinha suporte concreto no interior das Forças Armadas para lançar uma resposta legalista, e muito menos o apoio dos Estados Unidos, que rapidamente reconheceu o novo governo golpista. O ex-ministro do Trabalho de Vargas, assim, deixou a capital nacional e viajou para o Rio Grande do Sul. Nesse meio tempo, o Congresso Nacional declarou a vacância da presidência da República, apesar de Goulart ainda se encontrar em território nacional, em uma iniciativa para assegurar legalidade aos acontecimentos do momento.

Posteriormente, Jango retirou-se do território nacional, buscando exílio no Uruguai. Ao passo que ocorreram vários protestos comemorando o fim de seu governo e, conseqüentemente, da ameaça comunista. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência da República de maneira formal, entretanto, o Comando Supremo da Revolução<sup>12</sup> chefiou de fato o país naqueles dias. A junta militar foi composta pelos comandantes das três Forças Armadas: Artur da Costa e Silva do Exército, Augusto Rademaker Grünewald da

---

<sup>12</sup> O Comando Supremo da Revolução foi uma junta militar composta pelos comandantes das três Forças Armadas que chefiou a nação durante alguns dias, entre o golpe que destituiu a presidência de João Goulart e a posse de Castelo Branco. C.f.: Napolitano, 2014;

Marinha e Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica. Tal Junta deu início ao processo de consolidação do regime civil-militar, com a instituição de eleições indiretas para o Poder Executivo nacional e a edição de medidas de suspensão dos direitos políticos de opositores.

Nesse meio tempo, foram iniciadas as articulações e negociações entre militares e os integrantes da classe política que apoiaram o golpe, mesmo que veladamente, para a escolha de um novo governante para a nação. Em 11 de abril de 1964 ocorreu uma votação no Congresso Nacional para legitimar a escolha de Castelo Branco como novo presidente do Brasil.

Os principais grupos da sociedade civil que endossaram o governo golpista foram os segmentos conservadores da classe política, do empresariado e da classe média, marcadamente anticomunistas e adeptos ao liberalismo econômico. Além da grande mídia, que novamente atuou na legitimação do movimento. Os jornais brasileiros de maior circulação, que já haviam se colocado publicamente na oposição ao governo de Goulart, apoiaram a sua retirada do poder.

Os apoiadores do golpe esperavam somente uma intervenção breve das Forças Armadas. A expectativa era que Jango fosse retirado da presidência e os militares assumissem o poder por um curto período, a fim de sanear a política brasileira, eliminando a “ameaça comunista”. Entretanto, não foi o que ocorreu. Após o golpe, os militares permaneceram na chefia da nação por duas décadas, constituindo um regime ditatorial repressivo. Mesmo assim, é inegável que um regime, com tamanha duração, somente conseguiu fazê-lo mediante o apoio de pelo menos uma parcela das classes dominantes.

O golpismo de direita, liberal, ou autoritária, nunca aceitou o voto popular, o nacionalismo econômico, a agenda distributivista, a presença dos movimentos sociais de trabalhadores. A tudo isso, chamava de populismo e subversão. Enfim, o golpismo da direita nunca aceitou a presença das massas seja como eleitoras ou como ativistas de movimentos sociais [...] O golpe de 1964 não foi apenas contra um governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade (Napolitano, 2014, p. 66).

Assim como também observou Napolitano, o Golpe de 1964 foi executado para findar um projeto de nação que se contrapunha aos interesses das classes dominantes. Um grupo que sempre esteve nos centros de decisão e de poder do país, e que lá desejava permanecer.

Como foi dito anteriormente, a parcela da sociedade civil que apoiou o golpe esperava que os militares promovessem o saneamento da política brasileira, assim que assumissem o poder. E a expectativa foi cumprida. O primeiro governo da Ditadura Civil-Militar - chefiado por Castelo Branco - ficou marcado como o momento de consolidação e de institucionalização do regime ditatorial. Ademais, tal governo tinha duas grandes metas relacionadas à política nacional: a destruição das elites reformistas e o enfraquecimento dos movimentos sindical e

camponês. Os adeptos do reformismo, juntamente com os operários e trabalhadores rurais organizados, eram considerados os principais agitadores do cenário político antes de 1964.

O novo governo constituído não se preocupou em censurar ou reprimir de forma generalizada todos os setores da oposição. As liberdades de expressão e de imprensa foram minimamente mantidas nos primeiros anos após o golpe, somente as críticas mais contundentes ao regime foram censuradas. Aliás, as manifestações da sociedade civil, a exemplo dos intelectuais, da classe artística e estudantil, não foram alvos de repressão generalizada, a princípio.

Desse modo, o clima de aparente liberdade prevaleceu durante o governo de Castelo Branco. Os novos governantes sabiam da necessidade de contar com o apoio e o respaldo da população para a consolidação do regime, com destaque para os setores de classe média que tinham apoiado o golpe. Tolerar manifestações contrárias, oriundas de segmentos mais letrados da sociedade, foi o preço pago pelos militares para a manutenção da ditadura, em um primeiro momento.

Algumas narrativas utilizam-se desses fatos para corroborar a tese de que Castelo Branco foi um governante com boas intenções, em uma clara iniciativa de enaltecimento do regime civil-militar. Nessa lógica, o primeiro presidente do regime somente objetivava retirar Jango da presidência, assumindo-a brevemente para resolver a crise política, devolvendo o poder à sociedade civil, logo em seguida.

Contudo, outras narrativas indicam o contrário. No governo de Castelo Branco já havia indícios de que os militares desejavam manter-se no poder. Durante esse governo, por exemplo, foram editados três Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e uma nova Constituição que priorizava a questão da segurança nacional. Um processo que ficou conhecido como “normatização autoritária” (Napolitano, 2014, p. 79), com o intuito de regulamentar e reforçar os poderes das Forças Armadas no exercício da tutela sobre o Estado e a sociedade brasileira. Evitando, ainda, possíveis tentativas de personalização do regime e consolidando a estabilização da política brasileira.

Fica evidente, dessa forma, que o governo de Castelo Branco tinha como objetivos a institucionalização do regime civil-militar e o saneamento da política nacional. Como bem observou Napolitano:

[...] a ordem autoritária dos primeiros anos do regime militar brasileiro estava mais interessada na blindagem do Estado diante das pressões da sociedade civil e na despolitização dos setores populares (operários e camponeses) do que em impedir completamente a manifestação da opinião pública ou silenciar manifestações culturais da esquerda (Napolitano, 2014, p. 71-72).

Nesse quadro, as iniciativas de repressão, nos primeiros anos do regime ditatorial, foram voltadas à chamada elite progressista nacional e aos movimentos sociais. A primeira foi combatida por meio da cassação de direitos e mandatos políticos de figuras que fizeram oposição ao novo governo. Os movimentos de base popular foram reprimidos por meio da intervenção direta do Estado sobre os sindicatos operários, bem como a repressão policial sobre suas lideranças. Além dos movimentos de camponeses, vitimados pela violência privada dos coronéis latifundiários do interior do país.

Ou seja, claramente houve repressão durante os primeiros anos da Ditadura Civil-Militar. Porém, foi uma repressão voltada a setores muito específicos da população brasileira: políticos progressistas de oposição, operários sindicalizados e camponeses organizados. Dessa maneira, disseminou-se entre os demais setores da sociedade civil a ideia de que o novo governo não adotava práticas autoritárias e repressivas. Uma ideia que, inclusive, perpetua-se de certa forma na atualidade.

No entanto, o fato é que o governo de Castelo Branco foi o período em que ocorreu a maioria das cassações de direitos políticos e de mandatos parlamentares, de todo regime civil-militar. Foi nesse momento que as bases legais da ditadura foram estruturadas, deixando claro a ambição de uma ação política de longo prazo (Napolitano, 2014, p. 81).

## **1.2 - Discussões historiográficas sobre o Golpe de 1964**

Em relação à historiografia sobre a Ditadura Civil-Militar, é necessário considerar que houve uma certa escassez de estudos sobre a temática durante os primeiros anos do regime. Aspecto que pode ser atribuído, em parte, às características epistemológicas do conhecimento histórico. A demanda de um certo distanciamento temporal entre o pesquisador e os fatos para a realização de pesquisas. Isso sem contar com as dificuldades inerentes à análise de um regime autoritário enquanto o mesmo ainda está vigente, já que os documentos oficiais produzidos pelo próprio governo autoritário eram praticamente inacessíveis. Além do clima de censura e repressão que impactaram o desenvolvimento de produções acadêmicas. Em razão desses aspectos, os primeiros trabalhos historiográficos acerca do regime civil-militar brasileiro foram desenvolvidos no exterior, especialmente a partir do final da década de 1960 (Fico, 2004, p. 29).

Ademais, uma teoria que se destacou em um primeiro momento foi a de Alfred Stepan, intelectual estadunidense. Em sua tese de doutorado são examinadas as relações estabelecidas entre militares, enquanto um grupo especializado, e os demais segmentos da sociedade brasileira. Uma das primeiras obras a analisar os integrantes das Forças Armadas dessa forma.

O autor, em seu texto *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira* (1975), investiga a existência de um suposto “padrão moderador”, no qual os militares realizavam intervenções na política brasileira somente para assegurar a transição de governos civis, seja por razões democráticas ou não (Stepan, 1975, p. 50-51).

Nessa lógica, os militares não tinham a pretensão, inicialmente, de governar a nação. Entretanto, a desconfiança desse grupo para com as instituições do governo brasileiro cresceu a partir da década de 1960, em razão do surgimento da ideia de que Jango poderia dar um golpe de Estado e instaurar um regime totalitário comunista (Stepan, 1975, p. 116). Por isso, segundo a teoria de Stepan, houve a quebra do “padrão moderador”, que resultou no Golpe de 1964. Momento em que os militares assumiram o poder a fim de eliminar o risco de uma ditadura de esquerda.

Jacob Gorender, por sua vez, é um historiador brasileiro que traz um importante modelo explicativo para o Golpe de 1964, de matriz marxista, publicado no livro *Combate nas trevas* (1987). Segundo essa teoria, dois fatores importantes convergiram para a ocorrência do golpe: o estágio de desenvolvimento do capitalismo nacional e o caráter preventivo da ação. A economia brasileira vivenciava sua primeira crise cíclica, resultante de fatores internos. Desse modo, a crise desencadeou o acirramento da luta de classes nacional. Momento em que os movimentos populares de esquerda se mobilizaram fortemente na defesa da implementação de uma série de reformas estruturais, as já mencionadas reformas de base, como solução para as tribulações econômicas. Ao passo que essas reformas representavam uma afronta aos interesses das classes dominantes, com destaque para a burguesia nacional.

[...] o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo (Gorender, 1987, p. 66-67).

Assim, segundo a teoria de Gorender, o Golpe de 1964 teve caráter preventivo, no intuito de conter as ameaças oriundas dos movimentos populares e demais forças progressistas de esquerda.

Nesse contexto, é válido salientar o modelo explicativo proposto por René Armand Dreifuss, considerado até hoje um dos principais estudos acerca do Golpe de 1964. Tal autor deu um grande destaque ao papel das organizações empresariais no fortalecimento das iniciativas golpistas. Iniciativas, essas, capitaneadas pela burguesia nacional, em aliança com

capital estrangeiro, mas que também contaram com adeptos das Forças Armadas e de diferentes segmentos da sociedade civil, a exemplo da classe média.

Dreifuss, assim como Gorender, faz sua análise do golpe a partir de uma leitura marxista de luta de classes, porém com algumas dissonâncias. O intelectual uruguaio defende que o Golpe de 1964 foi resultado de uma ação capitaneada por um segmento das classes dominantes brasileiras, a burguesia nacional associada ao capital estrangeiro. Grupo que promoveu o golpe em defesa da hegemonia de seus interesses dentro do Estado brasileiro, frente às ameaças da política nacional-populista adotada por Goulart. René Dreifuss, na obra *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe* (1981), analisou minuciosamente a ação de organizações empresariais como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)<sup>13</sup>, na promoção de uma verdadeira campanha ideológica com vistas à desestabilização do governo de Jango. Além da organização de uma grande conspiração, com a participação das Forças Armadas, para o planejamento do golpe.

[...] as atividades políticas do complexo IPES/IBAD foram de suma importância na realização da crise do bloco histórico-populista. Elas estimularam uma atmosfera de inquietação política e obtiveram êxito em levar à intervenção das Forças Armadas contra o 'caos, a corrupção populista e a ameaça comunista' [...] o IPES conseguiu coordenar e integrar os vários grupos militares conspirando contra o governo e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio para o golpe (Dreifuss, 1981, p. 338).

Dessa maneira, segundo a tese de Dreifuss, esse setor de classe da elite brasileira - burguesia nacional associada ao capital estrangeiro - foi o responsável pelo engendramento do golpe que destituiu João Goulart.

Nesse contexto, é importante mencionar o texto de Caio Navarro de Toledo, *1964: golpe contra as reformas e a democracia* (2004). Autor que também analisa a temática em estudo a partir de um viés marxista. Sua obra pauta-se no argumento de que o Golpe de 1964 foi resultado do anseio de segmentos conservadores e economicamente liberais das elites da nação pelo desmonte da democracia brasileira. Algo que ocorreu em um momento de crescente politização e de expansão dos debates acerca do futuro do Brasil. Uma conjuntura marcada, ainda, pelo crescimento e a ascensão das forças políticas que se identificavam com o campo progressista. A atuação dos movimentos sindicais e das Ligas Camponesas, ambos de base popular, foi bastante expressiva no período. Além do mais, segundo Toledo, esses movimentos

---

<sup>13</sup> Organismos de ação política fundados por empresários brasileiros em 1959 (IBAD) e 1961 (IPES), contando com o apoio e financiamento de empresas multinacionais e do governo dos Estados Unidos. Tais instituições atuaram na difusão de uma ideologia liberal-conservadora e anticomunista, por meio de campanhas midiáticas e da participação nos debates políticos da nação, inclusive patrocinando ações de parlamentares e entidades da sociedade civil. C.f.: Dreifuss, 1981;

tinham um bom diálogo com integrantes do governo de João Goulart, fator que favoreceu a sua projeção.

A burguesia liberal e os demais segmentos conservadores da sociedade simplesmente não aceitaram a participação das forças progressistas nas dinâmicas do poder. Aliás, desejavam encerrar a trajetória de ascensão política dos movimentos de esquerda. Uma parcela dessas elites não concordava com as reivindicações dos grupos progressistas, com um amplo destaque para as reformas de base. Ou seja, tal grupo considerava inadmissível a proposta de um projeto de nação em desacordo com o conservadorismo e o liberalismo econômico.

Desse modo, as classes dominantes apoiaram um golpe de Estado para a retirada do presidente e das forças de esquerda do jogo político. Ao fazer isso, promoveu-se um golpe não somente contra um grupo político, mas contra um projeto de nação que visava atender os anseios de uma parcela menos favorecida da sociedade brasileira.

1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas, uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país. Em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças. (Toledo, 2004, p. 15).

Ademais, uma teoria que sobressai-se, devido ao caráter distinto de sua análise, é a de Wanderley Guilherme dos Santos, que enfoca o fenômeno da paralisia decisória no contexto do golpe. Como já foi dito, Jango, no início de seu governo, tentou manter uma certa posição política dúbia, permaneceu próximo da esquerda e dos sindicatos, ao mesmo tempo em que trocou afagos com políticos e lideranças conservadoras e de direita, com o intuito de obter apoio no Parlamento e assegurar a governabilidade. No entanto, tal objetivo não se concretizou. Dessa conjuntura, resultou a paralisia decisória.

De acordo com o modelo teórico de Santos, exposto na obra *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira* (1979), o Golpe de 1964 deu-se devido à paralisia decisória governamental no início da década de 1960, frente à crise político-econômica. Assim, diferentes atores da política brasileira defendiam projetos dissonantes, soluções distintas para a resolução da crise. Os movimentos de esquerda, majoritariamente, defendiam a implementação imediata das reformas de base, que as forças de direita, por sua vez, se opunham, ao mesmo tempo que propunham outras medidas que eram rechaçadas pela esquerda. Todavia, nenhum ator possuía força política suficiente para a implementação de qualquer medida, independentemente do grupo que a propôs. Dessa forma, deu-se a paralisia do poder. Nesse contexto de acaloradas discussões e da radicalização de discursos, mas que não resultaram na implementação de



nenhuma medida eficaz, a crise se manteve. Assim, segundo o modelo explicativo de Santos, o fenômeno da paralisia decisória da política brasileira pode ser elencado como um dos fatores que contribuíram para o golpe militar.

A vazão dos conflitos sociais para fora das instituições [...] não encontrou resposta institucional à altura, tendo por resultado líquido a radicalização das demandas e a intolerância política crescente dos diferentes atores sociais, as quais, associadas à capacidade cadente do Estado de produzir e alocar recursos, terminaram por produzir o contexto de paralisia governamental e administrativa de fins de 1963 e princípios de 1964, que, em parte, ajudam a explicar o movimento militar de 1964 (Santos, 1979, p. 81-82).

Outro autor que propôs seu modelo explicativo acerca do Golpe de 1964 foi Gláucio Soares. O principal aspecto de sua teoria, exposta no texto *O golpe de 1964* (1994), reside na ideia de que o golpe foi capitaneado pelos militares, e não pela burguesia, e que também não foi resultado de um planejamento prévio organizado ou centralizado. Para o autor, o principal agente por trás da ação golpista foi a instituição das Forças Armadas, que a realizou por motivações próprias. Assim, a burguesia nacional somente prestou apoio à ação militar, não participando ativamente na concepção. Ou seja, o golpe foi dado pelos militares que o fizeram por razões próprias, como a ameaça de instauração de uma ditadura comunista e as intervenções na hierarquia militar e dentre outras questões mencionadas que geraram o descontentamento da categoria com o governo de João Goulart (Soares, 1994, p. 31).

Além disso, um dos grandes diferenciais de sua teoria é a defesa da ideia de que não houve uma articulação conspiratória de longa data, prévia ao golpe. O que havia era a existência de várias células golpistas espalhadas pelo território nacional, mas que não estavam coordenadas. A iniciativa golpista articulada somente ocorreu às vésperas, sob a influência do marechal Castelo Branco.

As conspirações [golpistas], muito pouco coordenadas, apareciam em diferentes pontos do Brasil, algumas vezes com várias conspirações na mesma cidade. Naquele momento, as posições cobriam todo o espectro [...] para muitos militares, como as eleições presidenciais se aproximavam, poderiam aguentar até lá; para outros, conspiradores ativos, faltava o pretexto [...] A circular de Castelo Branco, menos de duas semanas antes do golpe, forneceu para muitos dos grupos conspiradores, ainda que certamente não para todos, o aval e a liderança de uma figura muito respeitada dentro da corporação (Soares, 1994, P. 47-48).

Carlos Fico é mais um importante autor que traz contribuições para a interpretação do Golpe de 1964. Uma das principais referências contemporâneas para o estudo da Ditadura Civil-Militar. Em sua obra *Além do Golpe: Versões e controvérsia sobre 1964 e a Ditadura Militar* (2004), o autor parte também do modelo explicativo proposto por Dreifuss, argumentando que dois são os fatores incontestáveis que contribuíram diretamente para o desenvolvimento da ação golpista. O primeiro seria a atuação da burguesia nacional com vistas à desestabilização do

governo de Jango, por meio de organismos empresariais, caso dos supracitados IPES e IBAD. O segundo seria o fato de que o golpe foi resultado de uma ação chefiada pelos militares, foram eles os principais agentes do evento. Apesar de esses agentes terem se organizado, de forma coordenada, somente às vésperas do golpe, tese que Fico corrobora.

O grande diferencial de sua teoria, é a ideia de que esses dois elementos não necessariamente estavam ligados por um nexo de causalidade. A atuação da burguesia não influenciou diretamente na ação golpista militar e vice-versa. Ao mesmo tempo, considera que o processo de tomada e de consolidação das Forças Armadas no poder foi facilitado pela campanha ideológica realizada anteriormente pela burguesia. Ou seja, apesar das ações desses dois sujeitos distintos terem contribuído para os desdobramentos do golpe, não há uma relação de causalidade entre elas (Fico, 2004, p. 43).

Ante o exposto, fica evidente que o Golpe de 1964 foi resultado da confluência de diferentes fatores, da ação de diferentes sujeitos. Os militares, a burguesia nacional, a classe média, a classe política, todos esses sujeitos tiveram sua participação no processo que levou à instauração da Ditadura Civil-Militar. Sujeitos que, em comum, compartilharam a adesão aos ideais de conservadorismo, liberalismo e, até mesmo, autoritarismo, e que também eram avessos ao fortalecimento político e às conquistas das classes populares. Ou melhor dizendo, contrários a um projeto de nação que contemplasse qualquer outro segmento da sociedade brasileira, para além das classes dominantes.

### **1.3 - O que já foi produzido sobre a Ditadura Civil-Militar em Uberlândia**

Apesar da vasta bibliografia existente a respeito do regime civil-militar, a maioria dos estudos centra-se nos eventos e processos ocorridos nos grandes centros urbanos do país, como por exemplo as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. Existem poucos trabalhos historiográficos sobre os governos militares nas regiões mais interioranas, em diálogo com a História Local, como a cidade de Uberlândia. Durante o desenvolvimento do presente estudo foi realizado o levantamento da bibliografia acerca do Golpe de 1964 e a Ditadura Civil-Militar em Uberlândia. Sobressaíram-se apenas uma dissertação de mestrado e três monografias de graduação, todas produzidas no Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Nesse cenário, é importante mencionar a dissertação de Orlanda Rodrigues Fernandes, de título *Uberlândia Impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal* (2008). No texto, a autora toma a imprensa como objeto de estudo, para problematizar a Ditadura Civil-Militar na cidade de Uberlândia, estabelecendo paralelos com as disputas de poder em âmbito local. Tal

obra contempla discussões e reflexões mais profundas e consistentes, em comparação com o restante da bibliografia que trata da temática. Fernandes utiliza o jornal *Correio de Uberlândia* como principal fonte para a realização de seu trabalho. Durante o percurso, ela examina o processo de construção do discurso e a influência desse mesmo periódico sobre a sociedade uberlandense, a fim de melhor compreender a forma como o regime ditatorial foi retratado em suas páginas.

Ao longo do tempo, inúmeros periódicos foram editados e publicados na cidade de Uberlândia. Todavia, o *Correio de Uberlândia* é o jornal, de circulação de longa data, que conta com a maior quantidade de edições preservadas e disponíveis para o livre acesso no Arquivo Público de Uberlândia<sup>14</sup>. Apesar da existência de outros periódicos que já circularam na cidade, cujos acervos encontram-se sob a posse de particulares atualmente, caso do jornal *O Triângulo*<sup>15</sup>. Por isso, todos os trabalhos historiográficos levantados a respeito da temática em estudo - a Ditadura Civil-Militar em Uberlândia - recorreram ao mesmo periódico como fonte principal. Como por exemplo, a já mencionada dissertação de Fernandes (2008) e as monografias de Fausto Rocha de Araújo (2007) e Nilson Humberto Guedes (2003). Em comum, todos esses trabalhos problematizaram a utilização desse veículo enquanto propagador do discurso das elites locais. Assim, percebe-se que há uma escassez de fontes e de estudos historiográficos que perpassam a temática em estudo.

Como já foi dito, todos os estudos históricos pautaram-se sobre a análise do *Correio de Uberlândia*, problematizando-o enquanto difusor do discurso das classes dirigentes locais, que também detinham a sua propriedade. Dessa forma, o periódico foi utilizado enquanto uma fonte praticamente exclusiva para a análise do posicionamento das classes dirigentes de Uberlândia frente aos conturbados acontecimentos da década de 1960, que culminaram no golpe de 1964 e na constituição do regime civil-militar.

Na década de 1960 todos os veículos de comunicação de Uberlândia pertenciam ou eram controlados pelas elites locais - comerciantes, produtores agrícolas e políticos - e, portanto, estavam inseridos nas dinâmicas de disputa de poder<sup>16</sup>. Nesse quadro, o jornal *Correio de Uberlândia* pertencia desde a década de 1940 a um grupo de empresários ligados ao partido

---

<sup>14</sup> Encontram-se disponíveis no Arquivo Público de Uberlândia as edições do *Correio de Uberlândia* publicadas entre 1939 e 2016, quando foram encerradas suas atividades.

<sup>15</sup> *O Triângulo* foi um dos jornais de maior circulação em Uberlândia durante o regime civil-militar, atualmente seu acervo não encontra-se em domínio público, está sob a posse de uma instituição privada de ensino superior, o Centro Universitário do Triângulo (UNITRI). C.f.: Macedo, 2017;

<sup>16</sup> A dissertação de Fernandes traz a listagem de todos os veículos de comunicação que atuavam em Uberlândia no período, acompanhados dos respectivos nomes da política e do empresariado local que os controlavam. C.f.: Fernandes, 2008;

UDN (União Democrática Nacional), uma das principais forças da política uberlandense na Terceira República. Entre os seus proprietários destacam-se os nomes de Nicomedes Alves dos Santos, Alexandrino Garcia e João Naves de Ávila. Aliás, nas décadas de 1950 e 1960 o jornal foi dirigido por Valdir Melgaço Barbosa, político também filiado à UDN, que foi vereador e deputado estadual no período (Fernandes, 2008, p. 26).

Os proprietários e dirigentes do jornal tinham uma grande afinidade com os posicionamentos da UDN, alinhados ao conservadorismo e ao liberalismo econômico e em oposição à política getulista, ao nacionalismo econômico e ao comunismo. Além do mais, tal orientação ideológica se fazia presente no periódico, em publicações de caráter anticomunista e em defesa do desenvolvimento econômico a partir de um viés liberal. Conforme observa Fernandes:

[...] o posicionamento político do jornal [*Correio de Uberlândia*] era extremamente tensionado por essa ligação com a UDN - partido fundado em 1945, formado por setores oligárquicos que começaram a sofrer concorrência no seu espaço de poder em 1930, e outros que romperiam com Vargas [...]. Este partido possuía grande força em Minas Gerais, era contrário às políticas getulistas e mantinha uma orientação econômica liberal (Fernandes, 2008, p. 26-27).

Ademais, o jornal *Correio de Uberlândia* também atuou na difusão da imagem progressista de Uberlândia, na qual a cidade estava fadada à modernidade e ao desenvolvimento econômico, graças ao caráter “trabalhador, ordeiro e pacato de sua população” (Araújo, 2007, p. 49). Um discurso que foi endossado pelas elites locais. Grupo, esse, que seria diretamente beneficiado com o crescimento econômico da localidade, por meio do comércio e da industrialização. Nesse sentido, o periódico ainda foi utilizado como plataforma para a reivindicação de investimentos necessários para o “progresso” do município, caso da campanha para a construção da Cidade Industrial<sup>17</sup> em Uberlândia na década de 1960.

Desse modo, constata-se que o jornal, claramente, era um veículo de difusão dos interesses de seus proprietários. A promoção do desenvolvimento da cidade, por meio de uma política econômica liberal e a manutenção de uma ideologia conservadora, na difusão de uma imagem progressista de Uberlândia. Ao mesmo tempo, o *Correio de Uberlândia* atuou no combate às ideologias e discursos que se contrapunham aos projetos de seus dirigentes. Aspecto nítido quando se observa o posicionamento marcadamente anticomunista do periódico, além da oposição que o mesmo promoveu ao governo de João Goulart e às propostas das reformas de base (Araújo, 2007, p. 79-80).

---

<sup>17</sup> A construção da Cidade Industrial deu-se por iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais. A obra inicialmente seria realizada em Uberaba. Contudo, o projeto foi transferido para Uberlândia devido à forte mobilização da classe política uberlandense. C.f.: Fernandes, 2008;

Por meio da análise do *Correio de Uberlândia*, percebe-se que as classes dirigentes da cidade de Uberlândia apoiaram o Golpe de 1964 devido à afinidade ideológica compartilhada com o movimento golpista. Ambos tinham um posicionamento marcadamente conservador e anticomunista, como bem observa Fernandes (2008, p. 94). Mas, para além disso, o apoio ao golpe e ao regime civil-militar deu-se, principalmente, em razão das compatibilidades a respeito do projeto de nação em um sentido mais amplo:

[...] o ideal de nação colocado pelo Regime Militar não apenas se articula com o interesse local, como também o apoio a esse ideal legitimava as transformações desejadas por esse grupo para Uberlândia, portanto era vantajoso apoiá-lo, no sentido de cooptar a sociedade uberlandense mostrando-a um fim maior, não apenas uma cidade desenvolvida e auto-suficiente, mas uma nação forte, independente e coesa (Fernandes, 2008. p. 100).

Em outras palavras, as elites uberlandenses, que detinham a propriedade do *Correio de Uberlândia*, apoiaram a Ditadura Civil-Militar visando recursos e investimentos para o crescimento econômico da cidade, por meio do comércio e da industrialização. Tal grupo percebeu que poderia obter grandes auxílios do novo regime, também defensor do projeto de desenvolvimento econômico de viés liberal. Fato corroborado e mencionado em todas as produções bibliográficas levantadas a respeito de tal temática, caso dos já mencionados textos de Fernandes (2008) e Araújo (2007). Contudo, vale salientar que esse é o principal aspecto explorado na monografia de Guedes (2003), que trata das relações estabelecidas entre o poder central do regime civil-militar e os dirigentes da cidade de Uberlândia entre os anos de 1964 e 1966.

Nessa monografia, também a partir da análise do *Correio de Uberlândia*, o autor constata que as elites uberlandenses apoiaram a Ditadura Civil-Militar, em uma prática definida como “clientelismo renovado” (Guedes, 2003, p, 35). Em troca, os governos militares realizaram investimentos e forneceram recursos que possibilitaram o desenvolvimento econômico e o processo de industrialização da cidade. O autor menciona, inclusive, a construção de rodovias e da Cidade Industrial. Um fenômeno incrementado pela presença de figuras da política local uberlandense em altos cargos dos governos militares, a exemplo de Rondon Pacheco<sup>18</sup>.

Nessa conjuntura, ainda é necessário mencionar o apoio manifestado no *Correio de Uberlândia* às ações repressivas do regime ditatorial. Caso do artigo relatando o apoio de um vereador local à chamada “operação limpeza”. Uma das medidas de perseguição e repressão

---

<sup>18</sup> Político uberlandense que foi ministro de Estado de diferentes governos militares e também foi governador de Minas Gerais durante o regime.

aos opositores do regime civil-militar nos primeiros meses após o Golpe de 1964 (Guedes, 2003, p. 26-27). Além da publicação de uma matéria afirmando a importância da edição do Ato Institucional N. 2 (AI-2)<sup>19</sup> (Fernandes, 2008, p. 92). Ou seja, o periódico, e conseqüentemente as classes dirigentes de Uberlândia, estavam de acordo com o autoritarismo do regime civil-militar. Aliás, no jornal não há menção a denúncias de tortura ou a movimentos de oposição ao regime. Conforme observa Fernandes:

Não há no Correio de Uberlândia reportagens que tratem da tortura com relação à oposição ao Regime Militar, em nenhum momento questiona-se ou debate-se sobre esse tipo de denúncia [...] é possível entender que o jornal não tinha porque noticiar ou debater sobre isso, uma vez que essas atitudes coibiram oposição aos seus projetos e concorrência política (Fernandes, 2008, p. 139).

Logo, percebe-se que a bibliografia existente a respeito do Golpe de 1964 e o regime civil-militar que o sucedeu em Uberlândia toma como principal objeto de investigação as publicações do jornal *Correio de Uberlândia*. Uma fonte instigante para o estudo, uma vez que trata-se do veículo utilizado para a difusão dos discursos e projetos das elites locais. No entanto, o fato de toda essa bibliografia ter sido desenvolvida a partir do exame de uma única fonte demonstra limitações. De um modo geral, há poucas diferenças entre os estudos mencionados. A historiografia existente está articulada em torno de um discurso praticamente único: as elites locais, proprietárias do jornal e marcadamente adeptas ao conservadorismo e ao liberalismo econômico, apoiaram o regime civil-militar em troca de recursos para o desenvolvimento econômico de Uberlândia. Poucas são as dissonâncias: Araújo (2007) enfoca os processos anteriores ao Golpe de 1964; Guedes (2003) aborda o período de instituição e consolidação do regime civil-militar (1964-1966); e o estudo de Fernandes (2008) contempla discussões epistemológicas mais aprofundadas e problematiza de melhor forma a afinidade ideológica entre os militares golpistas e a classe dirigente local.

Dessa forma, o presente estudo pretende ampliar as noções que existem a respeito das relações estabelecidas entre os governos militares e a classe política de Uberlândia no período. Isso será feito a partir da análise do Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado em 1964 na cidade de Uberlândia para a apuração das chamadas “atividades subversivas”. Os IPMs foram instrumentos de investigação utilizados na perseguição e repressão aos opositores da Ditadura Civil-Militar, iniciados nos primeiros meses após o Golpe de 1964. Um esforço realizado a fim

---

<sup>19</sup> O AI-2 foi promulgado por Castelo Branco em 1965 para fortalecer o Executivo federal e alterar as atribuições dos poderes Legislativo e Judiciário. Além de estabelecer eleições indiretas para a presidência da República e instituir um novo sistema político partidário que pôs fim ao multipartidarismo. C.f.: Fausto, 2006;

de evidenciar os mecanismos utilizados pelas elites locais elites ao contribuir no processo de repressão e perseguição aos opositores do regime ditatorial na cidade.

## **CAPÍTULO 2 - A CAÇADA AOS “SUBVERSIVOS” DA CIDADE JARDIM**

Neste capítulo será apresentada uma contextualização da história da cidade de Uberlândia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A fim de possibilitar uma melhor compreensão de como era a cidade na década de 1960. Serão mencionados os eventos e discursos que marcaram a trajetória de desenvolvimento urbano e econômico da localidade, assim como as contradições e os movimentos de contestação da ordem social vigente. Exercício necessário para um melhor entendimento das questões que serão colocadas em seguida, ainda no presente capítulo: os processos de perseguição desenvolvidos durante a Ditadura Civil-Militar, nas primeiras semanas subsequentes ao Golpe de 1964. Tais processos envolveram personalidades bastante prestigiadas pela sociedade local. Para tratar das iniciativas repressivas, serão analisados uma fonte documental elaborada pelos próprios militares durante o regime ditatorial, o Inquérito Policial Militar instaurado em Uberlândia para a apurada das chamadas “atividades subversivas”. Seguidamente, também será analisada a documentação produzida pelo Legislativo Municipal, com o intuito de identificar os impactos das políticas de repressão dentro do espaço de representação política local.

### **2.1 - A Cidade Jardim e suas contradições**

Os signos de ordem e progresso são intrínsecos às narrativas sobre a história de Uberlândia. Desde a sua emancipação político-administrativa, em 1888, as classes dirigentes locais adotaram o progresso como lema. Dessa forma, engendrou-se a imagem de uma cidade que almejava, ou melhor, estava fadada à modernidade, devido ao caráter ordeiro e laborioso de sua população. Nessa época, os discursos já ressaltavam a posição estratégica da povoação, desde os tempos em que era conhecida como Uberabinha, situada em meio aos caminhos que conectavam os estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Mato Grosso. Posição que foi favorecida, posteriormente, com o desenvolvimento da infraestrutura dos meios de transporte no Brasil no decorrer do século XX. Conforme observa Sandra Mara Dantas:

O pequeno arraial sonhava ser um dia uma cidade notável. Para alcançar esse propósito foi elaborado um projeto político que, ao ressaltar os aspectos positivos do lugarejo, criou condições para alavancar o progresso. Valendo-se de um discurso grandiloquente, deu-se início à constituição de um imaginário bastante orgulhoso que confirmasse a projeção e imagens constituídas (Dantas, 2008, p. 20).

O empenho das elites locais na execução de projetos que assegurassem o desenvolvimento econômico remonta ao final do século XIX. Dentre os exemplos, pode-se mencionar a construção de uma estação da estrada de ferro Mogiana, inaugurada em 1895. A



construção ocorreu no contexto da expansão da malha ferroviária nacional, com vistas à integração nacional e à dinamização da economia, sobretudo, por meio do escoamento da produção agrícola das regiões interioranas para os principais centros econômicos e portos da nação, como Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. Na época, o Brasil ainda não tinha vivenciado o processo de industrialização e sua economia era pautada na exportação de matérias-primas, especialmente a produção cafeeira, para os mercados industriais do Ocidente.

Nessa conjuntura, a construção da estação foi resultado de negociações entre os políticos locais e os dirigentes da companhia Mogiana para que o traçado da ferrovia em expansão contemplasse uma estação no espaço urbano de Uberabinha (Dantas, 2008, p. 32-33). Outras iniciativas também favoreceram o crescimento da economia local a partir do século XX, com destaque para a construção da Ponte Afonso Pena, na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás, e a fundação da Companhia Mineira de Auto-Viação, sediada em Uberabinha, e que foi responsável pela construção de várias estradas para o trânsito de veículos automóveis na região.

Desse modo, Uberlândia consolidou-se aos poucos como um entreposto comercial regional, conectado com as principais cidades do Triângulo Mineiro, do Sudoeste Goiano e do estado de São Paulo, por meio de estradas e ferrovias. Entretanto, Uberlândia ainda não era o principal centro urbano e econômico do Triângulo, título que pertenceu ao município de Uberaba até meados do século XX.

Ao mesmo tempo, a imagem de uma Uberlândia moderna e progressista também tomou forma. Nesse sentido, foram determinantes os primeiros projetos de urbanização elaborados na época. Foi nesse período, inclusive, que surgiu a denominação “Cidade-Jardim”, atrelada ao grande cuidado que a sociedade local tinha com a aparência estética da cidade. Dentre essas iniciativas, pode-se mencionar a construção de um grande número de praças e jardins públicos e a adoção de uma rígida política de higienização que proibia, por exemplo, o descarte de lixo nas vias públicas. Todo um esforço realizado no intuito de adequar o espaço urbano aos signos de ordem e progresso, sobretudo na região central. Aliás, esse espaço compreendido entre as avenidas Floriano Peixoto e Afonso Pena, consolidou-se a partir da década de 1940 como o principal setor de comércio, serviços e lazer da cidade (Soares, 2008, p. 150-151). Ou seja, era entre aquelas vias do centro que encontravam-se os principais jardins, praças, cafés, bares, e cinemas frequentados pela elite local.

A partir da década de 1950 Uberlândia vivenciou um novo salto de crescimento e expansão, resultado direto das políticas de interiorização do país implementadas durante o governo de Juscelino Kubitschek, com a construção de rodovias conectando o Centro-Sul do país, além da nova capital federal. Novamente a cidade foi beneficiada. O município foi

contemplado com o entrecruzamento de rodovias que conectavam importantes centros urbanos de diferentes regiões do país, como São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Reforçando ainda mais o papel de entreposto comercial regional, como observado por Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes (2008, p. 134).

Importante destacar que esse feito foi resultado das articulações empreendidas pela classe política local, de modo a concretizar a imagem de uma cidade destinada ao progresso. Além das rodovias, também pode-se citar as negociações para a construção da Cidade Industrial em Uberlândia, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, relatadas no capítulo anterior. Esse empreendimento era visto como determinante para o desenvolvimento da economia local, por isso contou com o engajamento de boa parte das autoridades locais, como a Associação Comercial de Uberlândia, o prefeito e alguns vereadores da época.

Em 1959 foi criada a Comissão de Defesa dos Interesses de Uberlândia pelo prefeito Geraldo Mota Batista, a fim de, entre outras coisas, lutar pela implementação da Cidade Industrial, prometida para Uberaba pelo Governador Bias Forte [...] o vereador Virgílio Galassi foi um dos políticos mais engajados no processo de implementação da Cidade Industrial. A Associação Comercial, a Comissão de Defesa e Planejamento da Cidade Industrial, o Poder Executivo, a Câmara Municipal, ou seja, a classe dirigente uberlandense uniu-se na luta pela industrialização (Fernandes, 2008, p. 129-130)

Nesse sentido, percebe-se que as classes dirigentes locais, desde os primórdios, empenharam-se na difusão da imagem de Uberlândia enquanto uma cidade ordeira, mas destinada ao progresso e modernidade, e ao mesmo tempo também esforçaram-se para assegurar a concretização desta imagem, articulando a construção de estruturas que beneficiassem a economia local. Assim, na década de 1960, Uberlândia vivenciava uma fase de grandes transformações, com o início do processo de industrialização, a expansão das atividades comerciais e de seu espaço urbano. Ou seja, estava em processo de concretização plena da imagem de uma cidade destinada ao progresso.

Entretanto, o progresso não era desfrutado por todos. Somente as parcelas mais abastadas residiam na região central da cidade, em amplas ruas e avenidas, assistidas com abastecimento de água e iluminação pública, próximas aos principais equipamentos de comércio e lazer. A população de mais baixa renda residia nos bairros periféricos, como Martins, Patrimônio, Saraiva, Tabocas e Tubalina, que eram separados pelos rios e córregos que margeavam o centro de Uberlândia, em muitas vezes com acesso apenas por uma “pinguela” ou alguma ponte improvisada. Nesses locais os serviços de abastecimento de água, energia e coleta de esgoto eram ineficientes, às vezes inexistentes, as ruas não eram calçadas, o lixo se acumulava nos terrenos baldios, além da violência e opressão policial constantes,

conforme observa Beatriz Ribeiro Soares (2008, p. 153). Ou seja, eram condições de vida que em nada condiziam com os signos da Cidade Jardim.

Desse modo, os ideais de ordem e progresso não eram representações absolutas sobre a cidade, com o passar do tempo, naturalmente surgiram movimentos de contestação. Um dos que mais impactaram a história local foi o quebra-quebra de 1959, um grande protesto popular desencadeado a partir do aumento do preço dos ingressos dos cinemas. Esse movimento ficou marcado pela depredação e o saque das salas de cinema e de importantes casas comerciais da cidade, que ocorreram ao longo dos dois dias de manifestação. O movimento somente foi controlado com a vinda do reforço policial de cidades vizinhas. Esse episódio foi considerado o maior protesto coletivo ocorrido na cidade à época, desencadeado a partir da insatisfação popular contra o aumento dos custos de vida. Como bem observa Eliene Dias de Oliveira Santana:

A eclosão do Quebra-Quebra foi, talvez o ápice de um sentimento de descontentamento [...]. Um movimento que conseguiu trazer à tona um indício de que a opção pelo progresso, que tanto aparecia nos discursos da elite, possuía também outras facetas e outros atores: trabalhadores, subempregados, desempregados, em outras palavras, os pobres não contemplados pelas benesses trazidas pelo desenvolvimento material da Cidade Jardim” (Santana, 2008, p. 256)

Ademais, existia um outro movimento que questionava o discurso hegemônico das elites locais nesse período, o comunismo. Nesse contexto, a dissertação de mestrado escrita por Idalice Ribeiro Silva, intitulada *Flores do Mal na Cidade Jardim: Comunismo e Anticomunismo em Uberlândia*, é o principal texto a promover o retrospecto da atuação dos comunistas na primeira metade do século XX em Uberlândia, especialmente entre as décadas de 1940 e 1950. Tal obra foi a principal referência utilizada para contextualização dos eventos que serão mencionados a seguir.

Desde a década de 1910 o discurso anticomunista já se fazia presente na mídia local, apregoando a necessidade de combater-se o marxismo, por meio de:

[...] ideias que estigmatizavam os agentes do comunismo como demônios que tinham a missão precípua de destruir a religião, a família, a propriedade e, por conseguinte, instaurar o caos social [...] As notícias alarmantes sobre o ‘credo vermelho’ visavam, sobretudo, engendrar e espalhar o medo coletivo face a quaisquer atos ou pessoas que, de longe, simbolizassem o ideário ‘rubro’. Valendo-se do socialismo e do comunismo como terror, os jornais locais alardearam, desde as primeiras décadas deste século, diversas notícias sobre as ações dos dirigentes e comunistas da ‘pobre Rússia’ - fuzilamentos de mulheres grávidas, de freiras e padres e outras atrocidades (Silva, 2000, p. 88)

Todavia, o processo de organização dos primeiros coletivos de comunistas, minimamente estruturados em Uberlândia, iniciou-se somente a partir da década de 1930, quando surgiram pequenos núcleos de intelectuais voltados à propagação da ideologia marxista.

Os integrantes desses núcleos eram em sua maioria professores que atuavam nos estabelecimentos de ensino da cidade (Silva, 2000, 132). O agrupamento que mais se diferenciou desse perfil foi o núcleo da Aliança Nacional Libertadora<sup>20</sup> (ANL), criado em Uberlândia em 1935 e presidido por Manoel Thomaz Teixeira de Souza.

Após o fim do Estado Novo (1937-1945) os comunistas ganharam força em Uberlândia. Em meio ao processo de democratização da nação, houve a criação do comitê local do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no dia 12 de agosto de 1945, poucos meses após a legalização nacional da sigla. O comitê uberlandense destacou-se por ter assumido a liderança no processo de organização e coordenação das atividades do PCB no Triângulo Mineiro e Sudoeste Goiano (Silva, 2000, p. 21).

Além do mais, o PCB da “Cidade Jardim” lançou vários candidatos nas eleições realizadas nas décadas de 1940 e 1950. No pleito de 1945, por exemplo, o comitê organizou uma intensa campanha para a eleição dos candidatos da sigla, que contou com a realização de um comício de Luís Carlos Prestes em Uberlândia, e lançou três candidatos para o cargo de deputado federal. Inclusive, uma das candidaturas, do fazendeiro Afrânio Francisco de Azevedo, foi a que obteve a maior votação de todas as lançadas pela agremiação marxista ao cargo de deputado federal em Minas Gerais. Mesmo assim, o partido não conseguiu a eleição de nenhum de seus postulantes à Assembleia Nacional nesse estado. Nos pleitos seguintes, o comitê uberlandense obteve melhores resultados. Em 1946, Abraão Isaac Neto e Afrânio de Azevedo, filiados ao comitê do PCB uberlandense, elegeram-se para a Assembleia Legislativa de Goiás<sup>21</sup>.

Mesmo com a cassação do partido comunista, dois anos após a sua legalização, o comitê uberlandense conseguiu manter-se atuante e elegeu quatro nomes, em 1947, para a Câmara Municipal de Uberlândia: José Virgílio Mineiro, Roberto Margonari, Henckmar Borges e Enoque Caldeira Paiva. Os quatro vereadores precisaram se filiar a outra sigla, o Partido Social Democrata (PSD), para conseguir concorrer às eleições e assumir seus mandatos.

Ainda acerca da atuação do comitê do PCB em Uberlândia, fundado em 1945, destaca-se o caráter plural de seus filiados. Os quadros do comitê eram compostos por homens e mulheres de todos os estratos da sociedade local. Intelectuais, profissionais liberais, verdadeiros integrantes da elite local que militavam no partido ao lado de camponeses, operários e

---

<sup>20</sup> Organização política de âmbito nacional fundada em 1935 pelo PCB, com a proposta de luta contra o fascismo, o imperialismo e a miséria e favorável à nacionalização do capital estrangeiro presente no país, a reforma agrária e a constituição de um governo popular. C.f.: Fausto, 2006;

<sup>21</sup> Abraão Isaac Neto e Afrânio de Azevedo também tiveram uma forte atuação política nos municípios do Sudoeste Goiano.

trabalhadores da construção civil, por exemplo. Além disso, destacava-se no comitê uma expressiva participação feminina, várias mulheres se filiaram ao partido desde a sua fundação, ainda na década de 1940, assumindo postos de liderança, a exemplo da professora Olívia Calábria, um dos principais nomes do comunismo em Uberlândia.

A atuação do PCB em Uberlândia desde a criação do comitê em 1945 e o início da década de 1960, foi marcada pelo pacifismo. Em 1959, a mídia local chegou a atribuir a organização do quebra-quebra, já mencionado anteriormente. Entretanto, trabalhos historiográficos já desenvolvidos a respeito desse protesto salientaram que os comunistas locais não tiveram nenhuma participação no movimento, como os textos de Silva (2000) e Santana (2008). Ademais, não há registro de outras ações de violência orquestradas pelos comunistas. A atuação dos marxistas centrava-se principalmente na difusão ideológica e nas campanhas em defesa do bem-estar social, como as campanhas de combate à carestia e de criação de creches e escolas.

Em razão das ações desenvolvidas pelos marxistas, especialmente a partir de 1945, data da criação do comitê do PCB local, Uberlândia passou a ser referida na imprensa pelo título de “Pequena Moscou”, para o desagrado das classes dirigentes locais. As elites, de um modo geral, enxergavam no comunismo uma grande ameaça ao projeto de cidade progressista, moderna e ordeira que tanto defendiam (Araújo, 2007, p. 52).

Portanto, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, Uberlândia era uma cidade marcada pelos discursos em defesa de um projeto de sociedade progressista e ordeira, que vivenciava o início do seu processo de industrialização, aproveitando-se das benesses econômicas obtidas com as políticas de integração e interiorização da nação implementados a partir do governo JK. Entretanto, o discurso progressista não era hegemônico, existiam contradições e contestações, expressas nas organizações de comunistas e na revolta popular de 1959, por exemplo, em defesa de outros ideais de sociedade.

## **2.2 - O Inquérito Policial Militar (IPM)**

Após o golpe deflagrado no dia 1º de abril de 1964, iniciou-se a “caça às bruxas”. O Comando Supremo da Revolução ordenou a perseguição, por meio da prisão e da cassação de mandatos políticos, dos opositores do novo regime constituído, especialmente às lideranças sindicais e políticas do campo progressista, que já haviam demonstrado oposição à ascensão das Forças Armadas ao poder, desde antes do golpe. Uma iniciativa que tomou ainda mais

concretude após a edição do Ato Institucional N. 1 de 1964 (AI-1)<sup>22</sup>. Um dos primeiros instrumentos utilizados para a perseguição da oposição foram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), iniciativas de investigação, chefiadas pelos próprios integrantes das forças armadas para a apuração de atividades e sujeitos subversivos, no geral ligadas ao comunismo ou outros movimentos que contestaram o novo regime constituído, como o sindical e o estudantil.

Em Uberlândia, como em outros municípios, os militares locais promoveram a abertura de um inquérito policial militar voltado à apuração do comunismo, o principal movimento subversivo presente na localidade. A seguir, será analisada a versão parcial do IPM de Uberlândia<sup>23</sup> localizada nas bases de dados do Arquivo Nacional<sup>24</sup>.

Na primeira página do documento encontra-se um encaminhamento, com marcas de identificação do Serviço Público Federal e do Serviço Nacional de Informações, que trata do envio dos relatórios do IPM instaurado em Uberlândia no ano de 1964 indicando arquivamento junto ao setor responsável. Após o documento constam dezenas de páginas que reconstituem as investigações do inquérito, com datações de 1964. O documento digitalizado possui 58 folhas, todavia, em seu texto há referências a folhas de anexos com numeração 200. Ou seja, esta é uma versão incompleta do inquérito. As folhas possuem marcas de numeração manuscrita, numerando as páginas de 1 a 58<sup>25</sup>, e em todas consta o código de identificação 768382, que provavelmente faz referência a metodologia de organização de documentos do SNI ou das Forças Armadas.

Consta no relatório final do documento que foi instaurado por ordem do Tenente Coronel José Gomes Rodrigues de Albuquerque, comandante do 6º Batalhão de Caçadores, seguindo o que foi estabelecido Portaria nº 1 de 14/04/1964 - como parte dos desdobramentos do AI-1 - com o intuito de investigar os sujeitos que cometeram crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. O oficial encarregado pela condução do IPM foi o militar Capitão

---

<sup>22</sup> O AI-1 foi promulgado pelo Comando Supremo da Revolução, em nove de abril de 1964, com o intuito de reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Legislativo Nacional. Além de suspender as imunidades parlamentares, possibilitando as cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos de opositores do regime. C.f.: Fausto, 2006;

<sup>23</sup> O Inquérito Policial Militar de Uberlândia foi localizado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), site virtual do Governo Federal que disponibiliza na internet, para consulta pública, vários documentos que encontram-se sob a guarda do Arquivo Nacional.

<sup>24</sup> Foram localizados um conjunto de relatórios que constituíram o IPM instaurado para a investigação das chamadas “atividades subversivas” em Uberlândia em 1964. Segundo dados do SIAN, essa documentação está identificada com o título “Atividades Subversivas em Uberlândia MG”, proveniente do fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007683 e data de produção inicial de 01/10/1982 – a data de produção diz respeito ao encaminhamento de uma cópia desse inquérito para guarda junto ao setor de arquivo do SNI em 1982, uma vez que a versão original do documento foi produzida em 1964.

<sup>25</sup> Essa numeração será utilizada como referência para a descrição do documento.

Cláudio Albano de Brito Rech. Também foram convocados a participar das investigações Geraldo de Carvalho, promotor de Justiça da cidade de Monte Carmelo, e o delegado de polícia de Uberlândia Ignácio Gabriel Prata Neto. Os três compuseram a comissão do IPM de Uberlândia.

Conforme mencionado anteriormente, na folha um há o encaminhamento de arquivo da documentação, com data de outubro de 1982. De modo que a documentação produzida pela comissão do inquérito, em 1964, inicia-se na folha 2. Na introdução dos relatórios consta um pequeno texto corrido com a narração das atividades comunistas desenvolvidas no Triângulo Mineiro nos anos anteriores a 1964. Nesse texto são mencionadas as principais lideranças do comunismo na região, as figuras que conseguiram se eleger para cargos eletivos, os periódicos que os comunistas utilizavam para a disseminação de sua ideologia e as atividades do Partido Comunista Brasileiro.

No documento são relatadas as investigações que a comissão realizou nas principais instituições da cidade de Uberlândia. Na prática, a comissão visitou as principais escolas, sindicatos, órgãos públicos e outros espaços importantes na organização da sociedade local e colheu depoimentos dos frequentadores e das autoridades responsáveis por estes espaços para averiguar a presença de comunistas. Na maioria dos casos, a existências de comunistas foi negada pelos depoentes. Todavia, também houveram denúncias concretas, a exemplo dos testemunhos colhidos no Colégio Estadual de Uberlândia:

Colégio Estadual de Uberlândia, em suas declarações o Diretor Sr. Dr. Osvaldo Vieira Gonçalves, declarou que o único professor comunista é a professora dona Estellina Saraiva Peano (fls. ?6). Foram prêsos [sic] os alunos Armando Lúcio da Rocha Ríspori e Antenor Lizardo Gonçalves e as professoras Elena Ochoa Carrasco e Terezinha Aparecida Magalhães [...]. Os referidos alunos voltaram às aulas, e as citadas professoras que foram detidas encontramo-as já em liberdade, e nestas investigações nada existe para incriminá-las. A professora Estellina, acima mencionada, foi também então prêsa [sic], e está efetivamente relacionada, por testemunhas, como comunista.<sup>26</sup>

No Inquérito Policial Militar há uma listagem dos acusados de comunismo e subversão, denominada roteiro de indiciados, com uma pequena descrição da vida e dos atos praticados por cada indiciado. Listagem, essa, montada a partir das investigações conduzidas pela comissão nas principais instituições e órgãos públicos da cidade. No roteiro de indiciados, os

---

<sup>26</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Atividades Subversivas em Uberlândia MG**. Serviço Nacional de Informações. Inquérito Policial Militar. 58 f. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007683. 1 out. 1982 Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1966514&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1966514&v_aba=1)>. Acesso em 08 abr. 2024. fl. 7.

sujeitos são listados e divididos em sete categorias. A primeira categoria, e a única não intitulada, trata de quatorze pessoas que tinham uma clara ligação com o comunismo local, no geral eram filiados e participavam das atividades do PCB:

Milton Vilela, brasileiro natural de Monte-Alegre, Minas Gerais, com 61 anos de idade, filho de José Alexandre Vilela e de dona Maria Custódia Vilela, casado, fazendeiro, residente e domiciliado em Uberlândia à rua Felisberto Carrijo, nº 585, materialista; em 1950 organizava a celebração de um Congresso de fundo comunista em sua fazenda situada no Município de Canápolis, quando o mesmo seria presidido pelo Deputado Federal Roberto Morano; mas foi impedido pelo Dr. Lindolpho Coimbra de Souza. Comunista atuante. Título, nº 21.448. Fls 15.<sup>27</sup>

A segunda categoria de indiciados denominada “Pessôas [sic] que colaboraram para criação da Imprensa-Popular em Uberlândia” traz a menção de cinco acusados. A terceira categoria intitulada “Relação de Pessôas que votaram com o Partido Comunista Brasileiro” lista dois nomes. A quarta e mais extensa categoria, intitulada “Relação de pessôas [sic] que foram acusadas também, por testemunhas, como sendo comunistas” traz a listagem de dezoito pessoas que foram delatados por terceiros, cada um com seus respectivos acusadores:

José de Souza Lelis brasileiro, natural de Araguari, Minas Gerais, com 4, digo, 38 anos de idade [sic], filho de Pedro Lino de Souza e dona Belmira Lelis, professor rural, residente e domiciliado em Quilombo do Município de Uberlândia; foi considerado como comunista por: Calcyr José Pereira, Vereador pelo PRP, fls. 79; Walter Pereira, Vogal dos empregados na Junta de Conciliação de Trabalho, fls. 73; Paulo Ferola da Silva, fazendeiros, digo, fazendeiro, Vice-Presidente da Sociedade Rural de Uberlândia, e Diretor Comercial da Cooperativa de Produtores de Suínos do Alto Paranaíba - lfs. [sic] 10, verso; Dr. Raul Pereira de Rezende, industrial, Prefeito Municipal, fls. 100; Virgílio Galassi, Vereador, fls. 9; Bolivar Ribeiro Marquez, Presidente da Sociedade Rural de Uberlândia, fls. 9.<sup>28</sup>

Na quinta categoria, intitulada “Relação de pessôas [sic] referidas como comunistas e que não foram encontradas, por se encontrarem homiziadas em locais incertos e não sabidos” há a listagem de quatro nomes. Na sexta categoria de indiciados, denominada “Relação de pessoas que recebiam livros, revistas e jornais comunistas” há a menção de cinco pessoas. A sétima e última categoria, de título “Relação de pessoas que estudavam ou lecionavam ‘esperanto’ e que receberam impressos procedentes da China comunista, editados por ‘livroservo decina esperanto-ligo. p.q.’ kesto 313-pekino, cinio”, traz a listagem de quatro pessoas.

Nesse quadro, é válido destacar que foram encontradas inconsistências ao comparar informações do roteiro de indiciados com as investigações, empreendidas pela comissão do IPM em Uberlândia, mencionadas nas páginas anteriores. O roteiro de indiciados traz uma

<sup>27</sup> *Ibidem*, fl. 21.

<sup>28</sup> *Ibidem*, fl. 26.



listagem muito mais extensa de acusados do que os arrolados nas folhas de descrição da investigação. No citado roteiro, bem como, há a menção de vários depoimentos e anexos diversos, que não haviam sido mencionados nas páginas anteriores. Aliás, a grande maioria dos anexos mencionados - tanto do roteiro de indiciados, quanto do restante do inquérito - não se encontra em nenhuma das 58 folhas da versão digitalizada do documento disponibilizada para acesso ao público no SIAN.

Nas folhas finais do documento consta o relatório do inquérito, contendo os resultados conclusivos das apurações da comissão do IPM, trazendo uma nova relação de indiciados, com diferenças em relação ao roteiro de indiciados apresentado anteriormente. O relatório final é subdividido em seis categorias, relacionadas aos segmentos de atuação dos indiciados. Na primeira categoria, “Associações e Sindicatos”, os indiciados são apresentados a partir das associações que integravam, assim como seus respectivos denunciante. Nesta subdivisão são mencionados seis sindicatos e associações diferentes, totalizando dezessete indiciados e quatorze denunciante.

Na segunda categoria “Magistério”, cujos indiciados são caracterizados como “[...] os mais perigosos elementos do comunismo nesta cidade” (p. 41), são arrolados sete indiciados. Nesta segunda subdivisão há uma maior descrição das atividades exercidas por cada acusado. Constam, bem como, os nomes das pessoas que prestaram depoimento para o indiciamento dos “elementos subversivos”, mas sem a especificação de qual denunciante delatou qual indiciado:

Nelson Cupertino - comunista de longa data. Teórico e doutrinador do Partido, ao qual desde há muito pertence, havendo sido candidato a Deputado Federal na legenda do PCB. Como Professor, é responsável pela criação de um grande número de comunistas, ex-alunos seus, tendo visitado como, como elemento [sic] confesso, a Rússia soviética. Atualmente encontra-se afastado das funções de Professor de português do Colégio Brasil Central. Era orientador de vários comunistas da cidade, pelo seu indiscutível conhecimento da língua portuguesa e grande cultura geral.<sup>29</sup>

Na terceira categoria, “Meio Estudantil”, são apresentados os quatro nomes que simpatizavam com o comunismo, ligados a associações estudantis, sem uma grande descrição de suas atividades e a menção de um denunciante, apenas.

Na quarta categoria, “Legislativo” há a menção de seis indiciados que ocupavam cargos de vereador ou suplente na Câmara Municipal de Uberlândia. Nesta subdivisão há descrição

---

<sup>29</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Atividades Subversivas em Uberlândia MG**. Serviço Nacional de Informações. Inquérito Policial Militar. 58 f. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007683. 1 out. 1982 Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1966514&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1966514&v_aba=1)>. Acesso em 08 abr. 2024. fl. 45.

mais pormenorizada das atividades que cada um exercia, de modo semelhante ao tópico do Magistério:

Ekel Santos - nega sua condição de comunista, mas os pronunciamentos feitos da tribuna da Câmara não deixam margem de dúvida de que é um simpatizante e um pregador da doutrina. São pronunciamentos nitidamente comunistas, pelos quais defendia os ideais de Brizola e a política do ex-Presidente João Goulart. Tomou parte na Fundação de Sindicatos Rurais e Ligas Camponesas, reunidos na sede dos Sindicatos dos Bancários, do qual era Presidente. Foi o responsável pela vinda a esta cidade do conhecido comunista Armando Ziller, e compareceu às conferências de Celso Brant e Sinval Bambirra. Nega ser comunista, mas fala e age como comunista. Compareceu a um Congresso Sindical realizado na cidade de Uberaba e sôbre [sic] o mesmo teceu elogios da Tribuna da Câmara, segundo consta da Ata do dia 29 de maio de 1963.<sup>30</sup>

A quinta categoria, “Diversos Ramos de Atividade”, traz a listagem de quatorze indiciados que possuíam ligação com o comunismo na localidade, mas não se encaixaram em nenhum dos quatro ramos de atividade mencionados anteriormente. Nesta categoria há uma descrição sucinta das atividades que cada um exercia com a menção dos principais delatores que contribuíram para a sistematização dos quatorze acusados, sem uma descrição clara de quais delatados foram denunciados por cada denunciante.

Na sexta e última categoria do relatório, “Diversos ramos de atividades profissionais com discreta atuação”, há a relação de quatorze sujeitos definidos como simpatizantes do comunismo, mas que não exerceram atividades subversivas. O relatório de conclusão das investigações encerra-se com a menção de que o inquérito foi encaminhado ao Tenente Coronel José Gomes Rodrigues de Albuquerque, responsável por repassá-lo às autoridades competentes, uma vez que o julgamento das atividades apuradas é de alçada da Justiça Militar.

A análise das folhas do relatório reforçou as inconsistências do documento. Vários nomes e fatos mencionados no relatório conclusivo não constam nas folhas anteriores do processo. Ou seja, novas provas vieram à ciência da comissão do IPM após a redação do roteiro de indiciados e foram juntadas ao inquérito. Porém, essas provas, assim como a grande maioria dos anexos, não estão presentes na versão do IPM disponível no SIAN

Em seguida, consta uma pequena recapitulação das atividades dos comunistas na cidade, bem como as suas principais lideranças, como forma de conclusão do inquérito. Ademais, não constam mais documentos referentes a esse IPM no SIAN, que possam sugerir a tramitação que o inquérito teve após o encaminhamento às instâncias superiores das Forças Armadas. Também foram efetuadas buscas em outros sites e portais da internet à procura de maiores informações

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, fl. 49.

sobre o referido inquérito, contudo, sem a obtenção de resultados satisfatórios que pudessem contribuir com a presente pesquisa.

Desse modo, o presente trabalho pautou-se na análise da versão do IPM localizado junto às bases de dados virtuais do Arquivo Nacional. Apesar de tratar-se de uma fonte lacunar, a mesma tem muitas contribuições a oferecer para os estudos sobre a Ditadura Militar, no recorte local da cidade de Uberlândia. De modo a complementar sua análise, foram traçados paralelos com a documentação produzida pela Câmara Municipal de Uberlândia - disponível para consulta no Arquivo Público de Uberlândia.

Este trabalho centrou-se na análise sobre o referido IPM, instaurado para a investigação das atividades subversivas em Uberlândia no ano de 1964, a partir das relações denunciante-indiciado. Visto que as denúncias foram o principal instrumento utilizado para o desenvolvimento das apurações do inquérito,

O documento, em sua íntegra, contemplou um total de 76 nomes indiciados, conforme anexo 04. A grande maioria foi mencionada uma ou duas vezes ao longo do inquérito, não sendo possível estabelecer uma ligação clara com seus acusadores em boa parte das vezes. Mesmo assim, a partir desta análise, foi possível listar um total de 22 indiciados que tiveram seus denunciadores mencionados de forma explícita no documento. Dentre esses delatados, a maioria estava ligada ou ao meio sindical, ao Legislativo municipal, ou ocupava os quadros no magistério local. Nesse sentido, foi possível estabelecer uma relação<sup>31</sup> dos oito principais indiciados, nomes que foram acusados por um maior número de delatores diferentes:

**Tabela 01: Principais denunciados do Inquérito Policial Militar**

<b>Indiciado</b>	<b>Cargo e/ou Ocupação</b>	<b>Número de delatores</b>
José Barbosa Melgaço	Professor	10
Argemiro de Lima	Vereador e Dirigente Sindical	8
Manoel Thomaz Teixeira de Souza	Vereador, médico, professor e diretor de instituição de ensino	8
Oscar Virgílio Pereira	Suplente de vereador e advogado ligado ao movimento sindical	7
José de Souza Leles	Professor e dirigente de sindicatos rurais	6
Eckel Santos	Vereador e dirigente sindical	5
Joaquim Ferreira	Agricultor e sindicalista no meio rural	4
Estelina Saraiva Peano	Professora	3

**Autor: FERREIRA, Lino José Pacheco (Dados retirados do Inquérito Policial Militar)**

<sup>31</sup> Foram incluídos nesta relação todos os indiciados que foram acusados por três ou mais delatores.

Em relação aos delatores, o documento traz ao todo a referência a 42 pessoas que contribuíram com as investigações, prestando depoimentos que possibilitaram o indiciamento de terceiros. Dentre esses, foi possível identificar um total de 31 nomes, cujos depoimentos contribuíram para o indiciamento de pessoas específicas na investigação. A partir desta análise foi montada uma relação<sup>32</sup> dos principais denunciante:

**Tabela 02: Principais denunciante do Inquérito Policial Militar**

<b>Delator</b>	<b>Ocupação e/ou Atuação</b>	<b>Número de nomes que delatou</b>
Bolivar Ribeiro Marquez	Presidente da Associação Rural de Uberlândia	9
Jerônimo José Alves	Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia	8
Paulo Ferolla da Silva	Vice-Presidente da Associação Rural de Uberlândia	5
Angelino Pavan	Vereador	4
Herculano Rodrigues Naves	Vereador	4
Walter Pereira	Vogal dos empregados na Junta de Conciliação do Trabalho	4
Alceu Santos	Vereador	3
Calcir José Pereira	Vereador	3
Virgílio Galassi	Vereador	3
Raul Pereira de Rezende	Prefeito	2

**Autor: FERREIRA, Lino José Pacheco (Dados retirados do Inquérito Policial Militar)**

Dessa maneira, percebe-se que os nomes arrolados no IPM eram de pessoas que ocupavam posições de destaque na sociedade local. Entre os indiciados, destacavam-se os professores, dirigentes sindicais e vereadores. Entre os denunciante, a maioria ocupava cargos na administração pública municipal, o prefeito e seis vereadores, além dos dirigentes da Associação Rural de Uberlândia, funções de grande proeminência à época. Portanto, o Inquérito Policial Militar analisado evidencia claramente a presença das elites locais nas dinâmicas de repressão da Ditadura Civil-Militar, seja na condição de indiciado, vítima da perseguição, seja na de denunciante que delatou e incriminou terceiros, em um gesto de colaboração para com o regime autoritário.

Nesse sentido, é curioso notar como vários nomes que aparecem na condição de depoentes no inquérito são de pessoas que mantiveram-se extremamente influentes nas

<sup>32</sup> Foram incluídos nesta relação todos os denunciante que delataram três ou mais indiciados, com exceção de Raul Pereira de Rezende, incluído devido à importância do cargo que o mesmo ocupava à época.

dinâmicas da política municipal nas décadas seguintes ao Golpe de 1964. Figuras que continuaram ocupando cargos públicos de destaque, mesmo após o fim do regime ditatorial na década de 1980, a exemplo de Alceu Santos, Calcir José Pereira, Paulo Ferolla da Silva e Virgílio Galassi, nomes que definitivamente marcaram a história política da cidade de Uberlândia<sup>33</sup>.

A partir do que já foi relatado no presente texto, fica evidente a participação das elites uberlandenses nos processos de repressão da Ditadura Civil-Militar, especialmente os integrantes da classe política. Desse modo, pode-se afirmar que o prefeito e os vereadores de Uberlândia, no mínimo, colaboraram com a perseguição promovida pelas Forças Armadas na localidade, vitimando os opositores do regime. Ao passo que algumas das pessoas perseguidas também ocupavam posições de destaque na sociedade local, eram professores, sindicalistas, médicos e, até mesmo, vereadores.

Durante o percurso de pesquisa, também procuramos identificar outras fontes que pudessem ampliar a análise acerca dos processos de repressão desenvolvidos em Uberlândia. Nesse sentido, recorreremos à documentação produzida pelo Legislativo local. Ao analisar as atas da Câmara Municipal de Uberlândia no primeiro mês subsequente ao Golpe, deflagrado em abril de 1964, observou-se que os processos de encarceramento e cassação de agentes políticos ocorreram antes mesmo da instauração do IPM no município, como podemos observar pela análise desenvolvida no tópico seguinte. É possível perceber como a repressão foi iniciada nos primeiros dias após o levante dos militares, contando com a conivência de membros do Executivo e Legislativo municipal. Resta entender quais as razões por detrás dessas ações tão imediatas ao combate dos agora “inimigos do novo governo”.

### **2.3 - Câmara Municipal de Uberlândia em 1964**

A Câmara Municipal era um dos principais espaços de representação política em Uberlândia em 1964. O Legislativo municipal era composto em sua maioria por membros das elites locais, geralmente profissionais liberais graduados, oriundos das famílias tradicionais da cidade. Boa parte dos vereadores estava ligada aos principais grupos de comerciantes, empresários e latifundiários, atuando como representantes dos interesses dessas categorias. Ao passo que outros, em menor quantidade, tinham uma ligação com os movimentos populares,

---

<sup>33</sup> Alceu Santos e Calcir José Pereira ocuparam seu último mandato no Legislativo municipal entre 1989 e 1992, Paulo Ferolla foi prefeito de Uberlândia entre 1993 e 1996, enquanto Virgílio Galassi foi um dos políticos que por mais tempo esteve à frente do Executivo municipal, por quatro mandatos não consecutivos entre 1971 e 2000.

especialmente o sindical<sup>34</sup>. Desse modo, compreender as dinâmicas ocorridas nesse espaço é essencial para entender como era Uberlândia naquele tempo, bem como os desdobramentos do Golpe no município.

Em 1964, o Poder Executivo municipal era chefiado por Raul Pereira de Rezende, filiado a UDN. Por sua vez, o Legislativo uberlandense era composto por quinze vereadores e contava com os seguintes dirigentes: Manoel Thomaz Teixeira de Souza ocupava a presidência da Câmara, Angelino Pavan a vice-presidência e Calcir José Pereira era o secretário. A casa legislativa contava com representantes de cinco legendas: Partido Republicano (PR), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e União Democrática Nacional (UDN). Nas atas analisadas não está registrado explicitamente quais vereadores eram de situação ou oposição ao executivo municipal. Contudo, a partir da análise dos pronunciamentos, discussões e votações, foi possível perceber a existência de dois blocos na casa, com pautas e atuações distintas: O primeiro mais numeroso, aliado ao prefeito e com uma ideologia mais conservadora; e o segundo relativamente menor, de oposição à administração municipal e com ideias mais progressistas. Os blocos foram sistematizados na tabela a seguir:

**Tabela 03: Blocos de vereadores da Câmara Municipal de Uberlândia 1964**

Vereadores de Situação	Vereadores de Oposição
Airton Borges da Silva (UDN)	Argemiro Lima (PSD)
Angelino Pavan (PR)	Eckel Santos (PSD)
Calcir José Pereira (PRP)	João Pedro Gustin (PSD)
Carlito Cordeiro (UDN)	Lázaro Chaves (PTB)
Herculano Rodrigues Naves (UDN)	Manoel Thomaz Teixeira de Souza (PTB)
Jerônimo José Alves (PTB)	Natal Felice (PR)
Silano Abalem (PSD)	
Urquiza Antônio de Faria Alvim (UDN)	
Virgílio Galassi (UDN)	

**Autor: FERREIRA, Lino José Pacheco (Dados retirados das atas da Câmara Municipal de Uberlândia)**

<sup>34</sup> Foram consultados os livros de atas N. 64, 65 e 66 que contemplam o período de janeiro a setembro de 1964, além do livro N. 11 de correspondências expedidas da Câmara Municipal de Uberlândia, disponíveis para acesso no Arquivo Público de Uberlândia, para a narrativa dos fatos mencionados neste tópico.

Os vereadores progressistas da oposição foram incluídos em tal categoria em virtude das críticas que proferiram contra o prefeito da época. Os vereadores deste bloco bem como fizeram discursos elogiosos ao governo federal e suas propostas, especialmente às reformas de base, deixando claro seu posicionamento favorável ao presidente João Goulart. Dentre os vereadores listados, o que mais destacou-se devido a sua combativa atuação era João Pedro Gustin, responsável por proferir as críticas mais incisivas e protagonizar discussões com vereadores da ala adversária. Nesse contexto, também é válido incluir na listagem o suplente a vereador do PSD, Oscar Virgílio Pereira, que esteve presente em boa parte das sessões da Câmara realizadas nos meses anteriores ao golpe, em substituição aos titulares de sua sigla.

Ademais, havia um bloco de vereadores alinhados ao prefeito municipal, que costumava defender suas ações e propostas nas discussões e votava a favor de seus projetos. Ao mesmo tempo, tais vereadores costumavam fazer críticas ao presidente da República, suas propostas e a políticos de esquerda, como Leonel Brizola - figura bastante mencionada nas discussões da Câmara<sup>35</sup>. Herculano Rodrigues Naves era o vereador que mais se destacava nessa ala, devido aos seus eufóricos e incisivos pronunciamentos e sua frequente participação nos debates com vereadores opositores, especialmente João Pedro Gustin.

Ao analisar a configuração da Câmara, é curioso observar que as legendas PR, PSD e PTB contavam com representantes em diferentes alas do Legislativo municipal. Ou seja, apesar de filiados a uma mesma agremiação, os vereadores dessas siglas não tinham atuações e comportamentos políticos uniformes, mas sim divergentes. Enquanto Natal Felice (PR), Argemiro Lima (PSD) e Lázaro Chaves (PTB) tinham uma atuação crítica a administração municipal, por exemplo, alguns de seus colegas de partido tinham uma proposta política oposta, explicitamente favorável e aliada ao prefeito municipal, caso de Angelino Pavan (PR), Silano Abalem (PSD) e Jerônimo José Alves (PTB).

Nesse contexto, é necessário reforçar que os meses anteriores ao Golpe Militar foram de intensa politização e polarização no cenário nacional, com embates acalorados acerca de diferentes propostas e projetos de nação. Embates, esses, que claramente tiveram reverberações nas dinâmicas da Câmara Municipal de Uberlândia. Órgão em que seus integrantes estavam divididos em duas alas, com visões distintas sobre a política local e nacional: um grupo crítico às Reformas de Base e ao governo de João Goulart e outro a favor.

---

<sup>35</sup> Em julho de 1963 foi feita uma indicação, assinada por vários vereadores, para que Leonel Brizola fosse convidado para proferir uma palestra na Câmara Municipal de Uberlândia. Tal proposta não foi aprovada em votação no plenário. Mesmo assim, ela foi mencionada várias vezes durante as discussões da Câmara no ano de 1964.

Até o dia 30 de março as atividades da Câmara Municipal de Uberlândia transcorreram normalmente. No entanto, a ocorrência do Golpe em 31 de março de 1964 desencadeou mudanças. Entre os dias 31 de março e 2 de abril não foram realizadas sessões em virtude da falta de quórum. Por questões próprias do regimento interno da Câmara, a próxima reunião só deveria acontecer no mês de maio. Todavia, foram convocadas várias sessões extraordinárias no decorrer do mês de abril, para tratar dos acontecimentos da política nacional e seus desdobramentos em Uberlândia.

No dia 09 de abril, foi convocada a primeira sessão extraordinária da Câmara, à qual compareceram apenas dez dos quinze vereadores. Nove representantes da ala de situação e apenas um da oposição, João Pedro Gustin. A sessão foi convocada para tratar das prisões de três integrantes da casa, executadas pelo Exército Nacional. Após discussões, foi acordada a formação de uma comissão de vereadores para dirigir-se ao batalhão local do Exército, a fim de verificar a situação dos detidos e tentar mediação junto ao Capitão Cláudio Albano de Brito Rech, comandante do batalhão.

Nesse sentido, é importante destacar que, em meio às discussões para a formação da comissão, o vereador Herculano Rodrigues Naves proferiu uma declaração de apoio às “forças revolucionárias”:

Após a vitória, as forças revolucionárias, iniciaram uma democratização no Brasil, com a retirada dos elementos anti-democráticos digo democratas dos postos através de mando das Assembleias e dos cargos públicos. Providências estão sendo tomadas para o saneamento da pátria brasileira. Em Uberlândia, a partir de ontem, o exército prendeu várias pessoas e políticos, supostamente implicados em uma revolução que implantasse um regime comunista no Brasil.<sup>36</sup>

Tal pronunciamento evidencia o apoio do vereador Herculano Rodrigues Naves não somente ao movimento golpista de 1964, mas também às iniciativas de perseguição aos elementos contrários ao novo regime, mesmo que tais elementos fossem seus conhecidos colegas do Legislativo municipal.

A comissão foi composta pelos vereadores: Angelino Pavan (PR), Calcir José Pereira (PRP), Jerônimo José Alves (PTB), Silano Abalem (PSD) e Virgílio Galassi (UDN). Os trabalhos da Câmara foram suspensos, para que os vereadores da citada comissão comparecessem ao batalhão do exército, mas foram reabertos no mesmo dia, algumas horas depois, quando os mesmos regressaram.

---

<sup>36</sup> ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Atas. N. 65. 03/1964 a 06/1964. fl. 29.



Na reabertura dos trabalhos da casa, Virgílio Galassi foi o primeiro a se pronunciar. O vereador da UDN iniciou sua fala tecendo elogios ao Capitão Cláudio Albano de Brito Rech, caracterizando-o com “o espírito de verdadeiro democrata e gentil homem”<sup>37</sup> que recebeu a comissão com muita cortesia. Em seguida relatou que os três vereadores reclusos estavam sendo muito bem tratados na sede do quartel:

O Capitão Claudio Albano Brito Rech asseverou que estavam sendo bem tratados [os vereadores]. Posteriormente nos conduziu até uma sala, onde conversamos, longamente, com os três vereadores ali detidos, oferecendo-nos refrescos e cafés. Demonstrando, assim, alto espírito de cordialidade e [palavra ilegível]. Em seguida, disse-nos os três colegas que também estavam sendo muito bem tratados, embora sentissem tristeza por se acharem incomunicáveis.<sup>38</sup>

Virgílio Galassi também relatou que a principal forma de obtenção da liberdade, para os detidos, seria a renúncia do mandato de vereador. O mesmo complementa que: “depois de momentos de meditação [os vereadores] deliberaram de livre e espontânea vontade assinar o ato de renúncia”<sup>39</sup>. Ao final da sessão, foram lidas as cartas de renúncia de Lázaro Chaves, Eckel Santos e Manoel Thomaz Teixeira de Souza. Por razões não explícitas, os nomes dos vereadores detidos só foram revelados nas atas da Câmara ao final da sessão, ao mencionar suas cartas de renúncia. Durante todo o texto da ata do dia 09 de abril 1964, eles foram referidos como os vereadores presos, detidos e nomenclaturas afins.

No decorrer do mês de abril de 1964 foram convocadas várias outras sessões extraordinárias na Câmara Municipal de Uberlândia, cuja finalidade era “tomar posição com referência aos últimos acontecimentos nacionais”. Foram, ao todo, oito sessões extraordinárias e duas secretas, transcritas nas atas da casa. Nestas sessões, houve a formação de uma comissão de vereadores, inicialmente, destinada a “acompanhar os acontecimentos que vem acontecendo em Uberlândia”<sup>40</sup>. Posteriormente, a finalidade da comissão foi revelada mais explicitamente: “Esta comissão fica com a incumbência de examinar a lista de vereadores e suplentes que deverão ter os mandatos cassados. A lista foi emanada pelo Capitão Cláudio Albano de Brito Rech, comandante da 3ª Cia, do 6º B. C.”<sup>41</sup>. Todavia, essa listagem não está presente nas atas da Câmara.

A comissão foi composta pelos vereadores: Angelino Pavan, Calcir José Pereira, Jerônimo José Alves, Silano Abalem e Virgílio Galassi. A princípio, seus trabalhos foram presididos por Jerônimo José Alves. No entanto, o mesmo foi eleito para a presidência da

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, fl. 30.

<sup>38</sup> *Ibidem*, fl. 30.

<sup>39</sup> *Ibidem*, fl. 30.

<sup>40</sup> *Ibidem*, fl. 33.

<sup>41</sup> *Ibidem*, fl. 39.

Câmara na sessão de 14 de abril de 1964. Por isso, optou por abster-se dos trabalhos da referida comissão. Consequentemente, Ranulfo Matos Silva<sup>42</sup> tornou-se o mais novo membro da comissão e Virgílio Galassi tornou-se presidente da mesma.

Ao longo das sessões do mês de abril de 1964 inúmeros vereadores e suplentes da Câmara renunciaram. Subentende-se a partir da leitura das atas que as abdições ocorreram em virtude da perseguição promovida pelas forças militares logo nos primeiros dias após o golpe. Ao todo renunciaram cinco vereadores, quatro pertenciam a ala progressista da Câmara e um pertencia ao grupo da situação, Carlito Cordeiro, filiado a UDN. Abaixo segue a relação de renúncias do período:

**Tabela 04: Renúncias de vereadores em abril de 1964**

Nome	Cargo	Partido	Data de Renúncia
Eckel Santos	Vereador	PSD	09/04/1964
Lázaro Chaves	Vereador	PTB	09/04/1964
Manoel Thomaz Teixeira de Souza	Vereador	PTB	09/04/1964
Guaracy Raniero	Suplente de Vereador	PR	13/04/1964
Carlito Cordeiro	Vereador	UDN	16/04/1964
Argemiro Lima	Vereador	PSD	16/04/1964
Oscar Virgílio Pereira	Suplente de Vereador	PSD	16/04/1964
Ananias de Paulo	Suplente de Vereador	PTB	16/04/1964
Josué Lourenço	Suplente de Vereador	UDN	17/04/1964
Reynaldo Cazabona	Suplente de Vereador	UDN	17/04/1964
Nelson Dias da Silva	Suplente de Vereador	PTB	17/04/1964
Nelson de Abreu	Suplente de Vereador	PTB	24/04/1964

**Autor: FERREIRA, Lino José Pacheco (Dados retirados das atas da Câmara Municipal de Uberlândia)**

Nas atas das sessões do mês de abril, também foram registrados pronunciamentos de vereadores que relataram estar sofrendo pressões para renunciar, proferidos por Natal Felice, Carlito Cordeiro e João Pedro Gustin. Tais parlamentares afirmaram que sofreram acusações de serem adeptos do comunismo - fato negado pelos três em diferentes pronunciamentos - e que por isso havia pressões para a abdicação da vereança. Contudo, nos primeiros

<sup>42</sup> Vereador filiado ao PTB que foi empossado no dia 13 de abril de 1964, em substituição à renúncia de Manoel Thomaz Teixeira de Souza.

pronunciamentos registrados, não fica claro quem está os acusando de comunismo, ou de onde estão vindo tais pressões. Como por exemplo no discurso de Natal Felice, proferido na sessão do dia 13 de abril de 1964 e registrado nas atas da seguinte forma:

Natal Felice diz que tomou conhecimento de que jogaram em cima de sua pessoa [sic] a pedra de comunista e de que estaria foragido. Isto seria uma inverdade. Jamais fêz [sic] o jôgo [sic] dos comunistas. Não fêz [sic] parte de nenhuma frente de mobilização popular. Não fêz [sic] parte dos clubes [incompreensível]. Nunca pertenceu ao Partido Comunista do Brasil. Nunca conspirou contra a ordem, contra o regime democrático. Acredita que o seu grande crime tenha sido a luta que travou nesta edilidade contra alguns poderosos. Sempre lutou pelo cumprimento das leis do Brasil. Sabe que estas suas declarações não vão melhorar sua posição. Queria porém que isto ficasse gravado em nossa ata. Tem apenas para defender a sua honra. Por isto não renuncia.<sup>43</sup>

Somente a partir dos registros da sessão de 14 de abril de 1964 que é possível depreender que a grande força de pressão para a renúncia, referida pelos vereadores nos discursos da casa, são as Forças Armadas. Como no discurso proferido por João Pedro Gustin, registrado nas atas da seguinte forma:

Dr. João Pedro Gustin diz que para desfazer boatos e dúvidas procurou o Capitão Albano Brito Rech, para saber o que havia contra a sua pessoa [sic]. O capitão Rech, lhe afirmou que não havia nada, porém constavam que êle [sic] era comunista, e por isto deveria renunciar ao cargo de vereador. Em resposta disse ao Capitão que não era comunista e fazendo exame de consciência pode afirmar que jamais fêz [sic] ato a favor da comunização do nosso Brasil.<sup>44</sup>

Na sessão de 14 de abril de 1964, Carlito Cordeiro também fez um pronunciamento na tribuna, relatando ter conversado com um representante do Exército local, assim como João Pedro Gustin, e rebateu as acusações de que era comunista, conforme registrado nas atas:

O vereador Carlito Cordeiro ocupa a tribuna e diz que uma nuvem negra paira sobre [sic] o seu lar. Foi informado de que o seu nome também estava na lista dos vereadores que deveriam ter os seus mandatos cassados. Em virtude disto, procurou o Capitão Albano Brito Rech, que lhe informou constar que havia se envolvido com comunistas na Câmara Municipal. Afirmou ao Capitão ser esta acusação uma inverdade. Nunca foi comunista, e nunca se envolveu com comunistas. Crê em Deus, e respeita o regime democrático. Está pronto inclusive a qualquer hora, morrer em defesa do Brasil. Por isto, não iria renunciar ao cargo de vereador.<sup>45</sup>

Dentre os três vereadores, Carlito Cordeiro foi o primeiro a abandonar o cargo, tendo renunciado na sessão de 16 de março de 1964.

---

<sup>43</sup> ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Atas. N. 65. 03/1964 a 06/1964. fl. 32.

<sup>44</sup> *Ibidem*, fl. 35.

<sup>45</sup> *Ibidem*, fl. 35.

Os resultados da comissão resultaram na listagem de quinze vereadores e suplentes subversivos. A lista foi apresentada na sessão secreta do dia 24 de abril de 1964, entretanto, a sua transcrição não foi realizada nas atas da Câmara, em nenhum momento. Somente é mencionado que o relatório final da comissão continha o nome de quinze vereadores e suplentes, dos quais doze já haviam renunciado e que o mesmo foi baseado em documentos fornecidos pelas forças armadas e pela polícia local.<sup>46</sup>

Mesmo assim, foi possível reconstituir os quinze nomes listados no relatório da comissão. O número de doze vereadores e suplentes que renunciaram, condiz com as doze renúncias que ocorreram na casa ao longo do mês de abril, listados na tabela 04. Além dos doze, houve a cassação de Natal Felice e a absolvição de João Pedro Gustin e Ataídes Tavares França<sup>47</sup>, conforme certidão expedida em 10 de maio de 1964, contida no livro N. 11 de correspondências expedidas pela Câmara Municipal.

Na sessão secreta do dia 24 de abril de 1964 iniciaram-se as discussões sobre a cassação dos vereadores listados no relatório produzido pela comissão que apurou as atividades subversivas na Câmara, mas que ainda estavam no cargo. Consta que o relatório foi apresentado no plenário, todavia, ele não foi transcrito nas atas, como já foi relatado. Após a apresentação, os vereadores Natal Felice e João Pedro Gustin fizeram pronunciamentos nos quais afirmaram categoricamente que não eram comunistas. Com o prolongamento dos trabalhos, a sessão foi encerrada sem a votação das cassações. Na sessão de 27 de abril de 1964, a última sessão extraordinária do mês de abril, foi colocado em discussão o processo de cassação do vereador Natal Felice. Após debates acalorados entre políticos contrários e a favor da cassação, o projeto foi à votação. O resultado foi a destituição da vereança de Natal Felice, o único vereador oficialmente cassado em decorrência do Golpe de 1964 na Câmara Municipal de Uberlândia.

Dessa maneira, o vereador João Pedro Gustin conseguiu manter-se no cargo. As pressões para a sua renúncia e o seu processo de cassação não foram mais mencionados nas atas da Câmara a partir da sessão de 27 de abril de 1964. Tal parlamentar continuou o exercício de suas atividades na casa, normalmente, nas semanas e meses seguintes, por motivos que não foram registrados nas atas<sup>48</sup>. Sabe-se que João Pedro Gustin foi absolvido pela comissão, devido à falta de documentos comprovantes de sua ligação com o comunismo, graças a uma certidão

---

<sup>46</sup> C.f.: ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Atas. N. 65. 03/1964 a 06/1964. fl. 47.

<sup>47</sup> Suplente de vereador filiado ao PTB, que assumiu definitivamente uma cadeira na Câmara após a renúncia de Lázaro Chaves.

<sup>48</sup> Foram consultados os livros de atas da Câmara N. 65 e 66, que contemplam o período de março a setembro de 1964, e verificou-se que João Pedro Gustin deu continuidade ao exercício das atividades de seu mandato no Legislativo, sem maiores intercorrências.

constante no livro de correspondências expedidas da Câmara. Ou seja, justamente o vereador mais combativo da ala progressista, atuante no Legislativo municipal antes do golpe, foi o único que conseguiu manter-se no cargo após a onda de cassações e renúncias do mês de abril.

O que se observa, a partir da documentação analisada, é que a perseguição a políticos opositores do regime golpista, desde o seu princípio, foi uma realidade no Legislativo municipal uberlandense. Vide os fatos já relatados: as prisões dos vereadores Eckel Santos, Lázaro Chaves e Manoel Thomaz Teixeira de Souza executadas pelo Exército Nacional; as renúncias de vereadores e suplentes; os trabalhos da comissão destinada a apurar as atividades de vereadores subversivos; e a cassação do mandato de Natal Felice. Além disso, é válido destacar os inúmeros pronunciamentos elogiosos e favoráveis ao novo regime, proferidos por diferentes membros do Legislativo, como a declaração de Ranulfo Matos e Silva proferida em 17 de abril de 1964, ao tratar das renúncias de vereadores que ocorreram no mês de abril:

[...] diversos vereadores e suplentes estão renunciando. Entretanto pode afirmar que se os comunistas tivessem vencido, a nação brasileira estaria a esta hora, mergulhada em um mar de sangue, com o congresso nacional fechado e com pelotões de fuzilamento.<sup>49</sup>

Mas afinal, quem foram esses sujeitos mencionados no Inquérito Policial Militar? E o que descobriu-se sobre eles a partir da análise da documentação da Câmara Municipal? No intuito de sanar essas e outras questões correlatas serão apresentados, a seguir, os perfis biográficos dos principais membros do Legislativo perseguidos após o Golpe Militar de 1964, bem como os que colaboraram com os mecanismos de perseguição. Tais perfis foram elaborados a partir dos dados sintetizados no IPM e nas atas da Câmara Municipal de Uberlândia. Todavia, não foi realizada uma pesquisa aprofundada sobre essas biografias em um recorte posterior aos fatos analisados.

#### **2.4 - Perfil dos vereadores indiciados e denunciantes**

Foram mencionados nos autos do Inquérito Policial Militar oito vereadores na condição de indiciados:

1) **Argemiro Lima**: era filiado ao PSD e integrava o bloco progressista da Câmara. O mesmo proferiu vários discursos no plenário em favor de João Goulart e das reformas de base e compareceu ao comício da Central do Brasil realizado em 13 de março de 1964. Após o golpe não compareceu às sessões do Legislativo municipal e renunciou em 16 de abril de 1964.

---

<sup>49</sup> ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Atas. N. 65. 03/1964 a 06/1964. fl. 43.

Argemiro foi apresentado no IPM como presidente da Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários de Uberlândia, acusado de ser comunista por oito testemunhas, incluindo sete vereadores e suplentes da Câmara, conforme anexo 02, que encontrava-se foragido. O mesmo foi descrito no inquérito como “elemento comunista e subversivo perigoso”, que “participava de reuniões de caráter subversivo realizadas na cidade” e “distribuía livros e panfletos contrários à segurança nacional”<sup>50</sup>.

2) **Carlito Cordeiro**: era filiado à UDN. Não há registros de pronunciamentos desse parlamentar realizados na tribuna da Câmara, nos meses anteriores ao golpe. Nas sessões extraordinárias de abril relatou em tribuna que estava sendo acusado de ser comunista pelo exército nacional e proferiu discursos em sua defesa, rebatendo acusações, mesmo assim, renunciou na sessão de 16 de abril de 1964. O mesmo assinou uma indicação coletiva de envio de convite a Leonel Brizola, para a realização de uma palestra sobre reforma agrária na Câmara, assinado por Carlito em 1963. Esse é o único indício da atuação de Carlito Cordeiro no Legislativo municipal identificado na documentação consultada. No IPM seu nome foi mencionado apenas uma vez, na listagem de simpatizantes do comunismo que não exerceram atividades subversivas.

3) **Eckel Santos**: era filiado ao PSD, pertencia ao bloco progressista e costumava proferir discursos críticos à administração municipal, ao mesmo tempo, defendia as ações do governo federal e a proposta das reformas de base. Foi um dos vereadores, presos pelo exército nacional, que renunciaram para a obtenção da liberdade em 09 de abril de 1964. No IPM foi descrito como funcionário do Banco do Brasil e presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Uberlândia. Um sindicalista bastante atuante no município e na região, que contribuiu para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uberlândia e presidiu um congresso sindical realizado em Uberaba em 1963. Foi acusado de ser comunista por seis testemunhas, incluindo três de seus colegas de vereança, conforme anexo 02.

4) **João Pedro Gustin**: era filiado ao PSD, era o mais combativo dos vereadores da ala progressista da Câmara, protagonizando várias discussões na casa com os vereadores da ala da situação, especialmente com Herculano Rodrigues Naves. Gustin compareceu a todas as sessões extraordinárias do mês de abril, não foi preso e não renunciou. O mesmo relatou ter sido acusado de ser comunistas pelo Capitão Cláudio Albano de Brito Rech, mas foi absolvido

---

<sup>50</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Atividades Subversivas em Uberlândia MG**. Serviço Nacional de Informações. Inquérito Policial Militar. 58 f. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007683. 1 out. 1982 Disponível em: <[https://sianex.consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1966514&v\\_abas=1](https://sianex.consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1966514&v_abas=1)>. Acesso em 08 abr. 2024. fl. 49.

pela comissão destinada à apuração de atividades subversivas na Câmara devido à ausência de provas consistentes. Ou seja, foi o único vereador, que pertencia ao bloco progressista antes do golpe que permaneceu no cargo após as sessões de abril. Foi mencionado como elemento subversivo que tinha “simpatia pelas ideias comunistas”, entretanto, não foram mencionados os sujeitos que denunciaram a sua pessoa em específico.

5) **Lázaro Chaves**: era filiado ao PTB e integrante da ala progressista, não proferiu muitas declarações em tribuna nos meses anteriores ao golpe. O mesmo foi um dos vereadores presos pelo exército que renunciou para a obtenção da liberdade em 09 de abril de 1964. No IPM foi descrito como “comunista de menor atuação na Câmara Municipal de Uberlândia” visto que “não defendia com tanto ardor as ideais comunista”. Também foi mencionado que Lázaro era ligado ao meio sindical, tendo sido presidente da associação local de motoristas. Não fica claro no inquérito quais denunciantes delataram a sua pessoa em específico.

6) **Manoel Thomaz Teixeira de Souza**: era filiado ao PTB e presidente da Câmara Municipal de Uberlândia. O mesmo foi eleito no início de 1964 de forma unânime, ou seja, recebeu votos dos quinze vereadores. Manoel foi um dos vereadores presos pelo exército, que renunciou para a obtenção da liberdade na sessão de 09 de abril de 1964. No IPM foi descrito como médico e professor de uma das instituições de ensino da cidade, o Colégio Brasil-Central, instituição que dirigia juntamente com sua esposa, Maria da Conceição Barbosa de Souza. Foi apontado como comunista por oito testemunhas diferentes, incluindo três parlamentares do Legislativo uberlandense, conforme anexo 02, com direito a adjetivações como “defensor da extrema esquerda” e “comunista da velha-guarda”<sup>51</sup>. Ademais, também foram encontrados registros de que Manoel Thomaz Teixeira de Souza integrava os núcleos de comunistas locais desde a década de 1930. O mesmo fundou e dirigiu o diretório da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em Uberlândia em 1935, foi filiado e disputou eleições pelo PCB na década de 1940, no período de legalidade da sigla. Nesse sentido, é interessante refletir como tal figura era extremamente influente na sociedade local, atuando como médico, professor e diretor de uma das principais instituições de ensino da cidade. Além de ocupar o cargo de vereador, tendo sido eleito presidente da Câmara poucos meses antes do golpe, de forma unânime, em uma casa legislativa onde a maioria dos membros identificava-se com os ideais de liberalismo e conservadorismo. Mesmo tendo sido uma pessoa que contribuiu com o processo de estruturação do movimento comunista em Uberlândia.

---

<sup>51</sup> *Ibidem*, fl. 30.

7) **Natal Felice**: era filiado ao PR e integrava a ala progressista da Câmara. A maioria dos seus discursos proferidos em tribuna continha críticas à administração municipal e à bancada de vereadores da UDN. Conforme registrado nas atas da Câmara, Natal Felice precisou comparecer à sede do exército após o Golpe, mas não permaneceu detido graças à intervenção de uma comissão de vereadores. Foi o único vereador do Legislativo uberlandense oficialmente cassado, em 27 de abril de 1964. Durante o seu processo de cassação também fez vários pronunciamentos negando ser comunista, inclusive afirmando ser anticomunista<sup>52</sup>. No IPM, Natal Felice foi acusado de ser comunista por duas testemunhas, dois vereadores, conforme anexo 02.

8) **Oscar Virgílio Pereira**: era suplente de vereador filiado ao PSD, mas que compareceu a boa parte das sessões da Câmara devido aos sucessivos licenciamentos de vereadores de sua sigla no ano de 1964. Após o golpe não compareceu mais às sessões do Legislativo municipal, até sua renúncia em 16 de abril de 1964. Apresentou indicações e fez discursos de apoio ao presidente João Goulart e a proposta das reformas de base. No IPM foi descrito como advogado ligado ao meio sindical e que realizava reuniões com elementos subversivos em sua residência<sup>53</sup>. Foi apontado como comunista por sete testemunhas diferentes, dos quais três eram vereadores da Câmara, conforme anexo 02.

Por sua vez, foram mencionados nos autos do Inquérito Policial Militar seis vereadores na condição de denunciante:

1) **Alceu Santos**: era suplente de vereador filiado a UDN, ocupou a tribuna da Câmara durante algumas sessões, em virtude de afastamentos de vereadores de sua sigla em 1964. No IPM foi apontado como denunciante de três indicados, incluindo dois vereadores, conforme anexo 03.

2) **Angelino Pavan**: era filiado ao PR, integrante da ala de situação e foi vice-presidente da Câmara no ano de 1964. O mesmo integrou a comissão que compareceu à sede do exército em 09 abril de 1964, em razão da prisão de três vereadores da casa, e também a comissão destinada a apurar as atividades subversivas de vereadores. Angelino Pavan foi apontado no IPM como denunciante de quatro indiciados, todos vereadores e suplentes da Câmara Municipal de Uberlândia, conforme anexo 03.

---

<sup>52</sup> ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Atas. N. 65. 03/1964 a 06/1964. fl. 38.

<sup>53</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Atividades Subversivas em Uberlândia MG**. Serviço Nacional de Informações. Inquérito Policial Militar. 58 f. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007683. 1 out. 1982 Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1966514&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1966514&v_aba=1)>. Acesso em 08 abr. 2024. fl. 48.



3) **Calcir José Pereira:** era filiado ao PRP, pertencia ao bloco de situação e foi integrante da mesa diretora da Câmara no ano de 1964, no cargo de secretário. Assim como Angelino Pavan, o mesmo integrou a comissão que compareceu à sede do exército em 09 abril de 1964, em razão da prisão de três vereadores da casa, e a comissão destinada a apurar as atividades subversivas de vereadores. Calcir foi mencionado no IPM como denunciante de três indiciados, sendo dois vereadores, conforme anexo 03.

4) **Herculano Rodrigues Naves:** era filiado a UDN, e integrava o bloco conservador, sendo o maior defensor da administração municipal e dos grandes empresários e comerciantes da cidade dentro da Câmara. O mesmo proferiu discursos eufóricos e protagonizou discussões com vereadores da oposição, especialmente João Pedro Gustin. Era crítico do movimento sindical, do presidente João Goulart e suas propostas. Após o golpe fez discursos elogiosos às “forças revolucionárias” e em defesa das cassações de opositores do novo regime. No IPM, Herculano foi apontado como denunciante de quatro indiciados, todos membros do Legislativo municipal, conforme anexo 03.

5) **Jerônimo José Alves:** era filiado ao PTB, entretanto, não proferia grandes discursos em favor do governo federal ou das reformas de base e votou a favor de projetos da administração municipal, por isso foi listado junto a ala de situação. O mesmo compôs a comissão que compareceu à sede do exército em 09 abril de 1964, em razão da prisão de três vereadores da Câmara, foi registrado nas atas da casa que Jerônimo chorou compadecido com a situação dos vereadores reclusos. Contudo, proferiu, posteriormente, um pronunciamento alegando que as renúncias ocorridas em 09 de abril não foram coercitivas<sup>54</sup>. O vereador do PTB foi eleito presidente da Câmara em 14 de abril de 1964, após a renúncia do antigo presidente, Manoel Thomaz Teixeira de Souza. Também integrou brevemente a comissão destinada a apurar as atividades subversivas de vereadores, antes de se eleger presidente do Legislativo uberlandense. Foi mencionado no IPM que Jerônimo José Alves denunciou oito indiciados, sendo cinco colegas de vereança, incluindo Manoel Thomaz Teixeira de Souza, seu colega de partido e antecessor na presidência da Câmara, conforme anexo 03.

6) **Virgílio Galassi:** era filiado a UDN e integrava o bloco conservador da Câmara, proferindo inúmeros pronunciamentos em defesa da administração municipal e da Associação Rural de Uberlândia. Após o golpe, integrou a comissão que compareceu à sede do exército em 09 abril de 1964, em razão da prisão de três vereadores, e ainda presidiu os trabalhos da comissão destinada a apurar as atividades subversivas no Legislativo municipal. O mesmo proferiu

---

<sup>54</sup> ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Atas. N. 65. 03/1964 a 06/1964. fl. 33.

declarações polêmicas, registradas nas atas, como os elogios feitos a figura do Capitão Albano Brito Rech<sup>55</sup> e as discussões que protagonizou com Natal Felice, defendendo a destituição de seu mandato e bem como de outros vereadores apontados como comunistas pelas forças armadas<sup>56</sup>. Posteriormente, em de maio de 1964, recebeu a indicação para o cargo de Secretário de Agricultura de Minas Gerais, conforme registrado nas atas da Câmara<sup>57</sup> e já mencionado no texto de Guedes (2003). No IPM, Virgílio Galassi foi apontado como delator de três indiciados, incluindo um colega da Câmara Municipal, conforme anexo 03.

A partir da análise da documentação produzida pela Câmara Municipal de Uberlândia - mediante o escrutínio dos livros de atas N. 64, 65, que tratam das atividades ocorridas no Legislativo entre os meses de janeiro e junho de 1964 - foi possível estabelecer um paralelo entre a perda dos mandatos vereadores opositores nas semanas seguintes ao Golpe Militar e os desdobramentos da perseguição política iniciada a partir do mês de maio de 1964, por meio do Inquérito Policial Militar já mencionado anteriormente. Nesse sentido, é intrigante pensar a participação que segmentos das elites locais tiveram nesses processos de perseguição, especialmente por meio dos depoimentos prestados junto à comissão do IPM, que contribuíram para a incriminação dos sujeitos investigados. Quais vantagens essas elites políticas obtiveram junto ao regime civil-militar, visto que várias dessas figuras mantiveram-se no poder, com grande influência sobre as dinâmicas da política local nas décadas seguintes. Ao passo que a maioria dos iniciados não retornou à cena pública, posteriormente. Essa questão mereceria uma investigação mais aprofundada em uma pesquisa futura.

Não teve nada melhor pro [sic] Brasil do que a Revolução e os coronéis. As pessoas insistem em dizer que a Revolução interferiu em tudo, interferiu em nada. A revolução, pra [sic] nós aqui, foi a coisa mais bonita do mundo (Galassi, Virgílio: depoimento. In: Martins Júnior, 2019).

---

<sup>55</sup> *Ibidem*, fl. 30.

<sup>56</sup> *Ibidem*, fl. 33.

<sup>57</sup> *Ibidem*, fl. 64.

### CAPÍTULO 3 - PENSANDO CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

A partir dos levantamentos realizados nessa pesquisa, é possível refletir sobre a maneira como os estudos relacionados à história política de Uberlândia podem ser acionados no campo do Ensino de História. Nesse sentido, no presente capítulo propomos uma contribuição metodológica para o Ensino de História, partindo do recorte sobre a Ditadura Civil-Militar no município.

Como já foi dito anteriormente, existe uma infinidade de produções historiográficas que versam sobre a Ditadura Civil-Militar<sup>58</sup>. No entanto, é pequeno o número de estudos dedicados à análise dos impactos que esse regime teve nos chamados recortes regionais, como a cidade de Uberlândia - estudada no presente trabalho. Do mesmo modo, já existem vários estudos e propostas metodológicas dedicadas à temática do regime ditatorial, porém, poucas são as iniciativas que propuseram contribuições para o Ensino de História, partindo de uma dialogia com a história local de Uberlândia.

Nesse quadro, é válido propor as seguintes indagações: De que maneira é possível tratar da Ditadura Civil-Militar, a partir da história local, no ensino básico? Como é possível tratar temas sensíveis no ensino básico? Como os processos de repressão desenvolvidos após o Golpe de 1964 são retratados nos livros didáticos sobre a perspectiva local? Partindo dessas questões, será proposto um sequenciamento didático<sup>59</sup> que contemple este tema - o regime ditatorial em perspectiva com o recorte local uberlandense - buscando trazer contribuições para a sua consolidação no âmbito do Ensino de História, a partir do estímulo ao uso de fontes e da pesquisa como forma de construção do conhecimento histórico<sup>60</sup>. Refletir sobre os mecanismos utilizados para a construção do conhecimento histórico, acreditamos, é uma ferramenta fundamental para ampliar as formas de compreensão sobre o passado.

A Ditadura Civil-Militar, claramente, foi um dos períodos mais sensíveis da história nacional, devido aos processos de repressão e às inúmeras violações de direitos humanos cometidas, com a prisão, tortura, morte e desaparecimento de vários cidadãos brasileiros. Em muitos casos, seus familiares e amigos permanecem até os dias de hoje sem respostas. Desse modo, abordar essa temática em sala de aula não é uma tarefa fácil, mas ao mesmo tempo,

---

<sup>58</sup> Várias propostas metodológicas encontram-se disponíveis na internet em sites como o da Olimpíada Nacional em História do Brasil <<https://www.olimpiadadehistoria.com.br/>> e o Portal do ProfHistória <<https://www.profhistoria.com.br/>>.

<sup>59</sup> Sequenciamento didático é um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas com o intuito de alcançar objetivos educacionais determinados. C.f.: Zabala, 1998.

<sup>60</sup> O uso de fontes pode trazer grandes contribuições para as aulas de história no ensino básico, vários são os estudos que tratam dessas contribuições, como Cainelli (2021), Barca (2004), Grinberg (Grinberg; Lagôa; Grinberg, 2000) e tantos outros.

extremamente necessária. A fim de assegurar que as violações cometidas não sejam silenciadas e que as narrativas ufanistas acerca do período, que têm se fortalecido nos últimos anos, não se tornem prevalentes. Como observa Pereira:

[...] o estudo dos passados sensíveis e traumáticos não significa apenas colocar o aluno diante de um conteúdo disciplinado e frio, mas diante de algo que desperta um posicionamento ético e político, de indignação frente à injustiça (Pereira, 2017, p. 2).

Especialmente quando parte-se do recorte uberlandense, em que esse tema – a Ditadura Civil-Militar – sequer é debatido em sala de aula. E envolve figuras que detêm grande prestígio junto à sociedade local, até os dias de hoje. Reforçando, assim, a necessidade de uma metodologia que dê conta dessa temática no contexto do ensino básico.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer as dificuldades inerentes ao cotidiano escolar, como o desinteresse dos estudantes e demais fatores que inibem a participação dos mesmos durante as aulas de história, especialmente quando desenvolvidas no tradicional formato expositivo. Por isso a proposta apresentada contará com as chamadas metodologias ativas:

[...] estratégias pedagógicas para criar oportunidades de ensino nas quais os alunos passam a ter um comportamento mais ativo, envolvendo-os de modo que eles sejam mais engajados, realizando atividades que possam auxiliar o estabelecimento de relações com o contexto, o desenvolvimento de estratégias cognitivas e o processo de construção de conhecimento (Valente; Almeida; Geraldini, 2017, p. 464)

A seguir apresentamos uma proposta didática com duração de quatro aulas, que busque acionar a temática por meio da pesquisa e do engajamento dos alunos sobre a temática local, partindo do uso de fontes documentais e de uma metodologia ativa por parte dos estudantes.

### 3.1 – Proposta de sequenciamento didático sobre Ditadura Civil-Militar em Uberlândia

Plano de Ensino					
<b>Disciplina:</b>		História			
<b>Ano (série):</b>	9º ano	<b>Nível:</b>	Ensino Fundamental	<b>Carga horária:</b>	50 minutos
Tema					
O Golpe de 1964 e seus desdobramentos em Uberlândia					
Habilidades Previstas na BNCC					
(Habilidade EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação de direitos humanos. (Brasil, 2018, p. 431)					
(Habilidade EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (Brasil, 2018, p. 431)					
Objetivos					
<b>Objetivo geral:</b>		Compreender os processos que levaram ao Golpe de 1964 e a constituição do aparato repressivo em um momento inicial da Ditadura Civil-Militar			
<b>Objetivos específicos:</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender os processos que levaram ao Golpe de 1964</li> <li>• Analisar as iniciativas de repressão desenvolvidas nos primeiros meses após a constituição do regime ditatorial</li> </ul>			
Conteúdo					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Golpe de 1964</li> <li>• O início dos processos de repressão da Ditadura Civil-Militar: Ato Institucional N.1 (AI-1) e Inquéritos Policiais Militares (IPMs)</li> </ul>					
Metodologia					
A aula será desenvolvida em dois momentos:					
1º Momento: (15 minutos) Diálogo entre alunos e professor sobre o regime ditatorial, a partir das seguintes questões: O que é uma ditadura? É uma ditadura militar? Teve ditadura no Brasil? O que aconteceu na ditadura? O diálogo tem o intuito de averiguar o conhecimento prévio que os alunos possuem sobre a temática.					
2º Momento: (35 minutos) Exposição sobre o Golpe de 1964, contemplando os antecedentes e o início do regime ditatorial, incluindo as iniciativas de repressão e violação de direitos humanos.					
Recursos					
Voz, quadro branco, pincel.					

**Avaliação**

A avaliação será realizada de forma qualitativa e envolverá a participação dos estudantes nas atividades propostas em aula.

**Referências**

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- MINORELLI, Caroline; CHIBA, Charles. **SuperAÇÃO!** história: 9º ano. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B.; GERALDINI, A. F. S. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 52, p. 455-478, abr./jun. 2017.

<b>Plano de Ensino</b>
------------------------

<b>Disciplina:</b>		História			
<b>Ano (série):</b>	9º ano	<b>Nível:</b>	Ensino Fundamental	<b>Carga horária:</b>	50 minutos

<b>Tema</b>
-------------

O Golpe de 1964 e seus desdobramentos em Uberlândia
---

<b>Habilidades Previstas na BNCC</b>
--------------------------------------

<p>(Habilidade EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação de direitos humanos. (Brasil, 2018, p. 431)</p> <p>(Habilidade EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (Brasil, 2018, p. 431)</p>
---

<b>Objetivos</b>
------------------

<b>Objetivo geral:</b>	Refletir sobre história local de Uberlândia na década de 1960 a partir da análise com vestígios históricos.
------------------------	---

<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observar fontes da história local de Uberlândia</li> <li>• Identificar elementos caracterizadores da sociedade uberlandense na década de 1960</li> <li>• Identificar sujeitos que ocuparam posições de destaque em Uberlândia</li> <li>• Investigar as biografias desses sujeitos por meio de vestígios disponíveis no meio digital</li> </ul>
-------------------------------	---

<b>Conteúdo</b>
-----------------

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Golpe de 1964</li> <li>• História da cidade de Uberlândia na década de 1960</li> </ul> |
|---|

<b>Metodologia</b>
--------------------

A aula será desenvolvida no espaço do laboratório de informática que conta com computadores e projetor de slides:
---

<p>1º momento: (5 minutos) Deslocamento dos alunos para o laboratório de informática.</p> <p>2º momento: (15 minutos) Exposição da história local de Uberlândia na década de 1960, para a contextualização de como era a cidade na época de Golpe de 1964. A exposição será desenvolvida com o acompanhamento de slides, contendo mapas e fotos da época.</p> <p>3º momento: (30 minutos) Atividade de pesquisa proposta aos alunos, na qual a turma será dividida em seis grupos, cada grupo contará com aproximadamente cinco integrantes. Cada grupo ficará encarregado de pesquisar informações sobre a biografia de uma personalidade ligada a história local da cidade de Uberlândia. A pesquisa deverá ser realizada na internet, em sites indicados, a partir de um roteiro de pesquisa produzido pelo professor.</p>
---

Os seis nomes selecionados foram:
-----------------------------------

- |                 |
|-----------------|
| 1) Alceu Santos |
|-----------------|

- 2) João Pedro Gustin
- 3) Manoel Thomaz Teixeira de Souza
- 4) Oscar Virgílio Pereira
- 5) Paulo Ferolla da Silva
- 6) Virgílio Galassi

Os alunos deverão realizar a pesquisa nos seguintes sites:

Portal de notícias g1 Triângulo Mineiro: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/>>

Site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: <<https://www.almg.gov.br/>>

Site da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB): <<https://aciub.com.br/>>

Site da Câmara Municipal de Uberlândia: <<https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/>>

Site do Governo de Minas Gerais: <<https://www.mg.gov.br/>>

Site da Prefeitura Municipal de Uberlândia: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/>>

Site da Close Comunicação: <<https://issuu.com/portaldaclose>>

Site do Museu Virtual de Uberlândia: <<https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/>>

Canal do Youtube “Uberlândia de Ontem e Sempre”:  
<<https://www.youtube.com/@UberlandiadeOntemeSempre>>

O roteiro da pesquisa conterà as seguintes questões:

Quem ele foi?

Qual era sua profissão?

Ele ocupou cargos públicos?

Quais cargos e em quais períodos?

Como a sua trajetória de vida se relaciona com a história de Uberlândia?

Ao final, cada grupo deverá produzir um pequeno resumo biográfico da personalidade pesquisada, buscando responder as questões colocadas no roteiro de pesquisa. O resumo deverá ser entregue no final da aula.

OBS: Caso a escola não disponha de laboratório de informática em boas condições de uso, a atividade poderá ser desenvolvida no formato de sala de aula invertida, trata-se de uma metodologia em que os alunos estudam previamente o conteúdo da disciplina em casa, para que o tempo da aula possa ser utilizado na realização de atividades e discussões com os colegas de turma, com o acompanhamento o professor. Ou seja, o que tradicionalmente é feito em sala de aula, é executado em casa e o que tradicionalmente é feito como trabalho de casa, é realizado em sala de aula. C.F.: Santos; Tezani, 2018;

### **Recursos**

Aula dialogada, projetor de slides, slides, imagens, mapas, computadores, internet.

### **Avaliação**

A aula contará com avaliações qualitativas e quantitativas. Serão avaliados os resumos biográficos produzidos pelos alunos, a partir dos achados da pesquisa, com a atribuição de nota. Também será avaliada a participação dos estudantes na atividade de pesquisa e nos demais momentos aula, de forma qualitativa.

### **Referências**

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.



- BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (org). **Uberlândia revisitada**: memória cultura e sociedade. Uberlândia: EDUFU. 2008.
- FERNANDES, Orlanda Rodrigues. **Uberlândia Impressa**: a década de 1960 nas páginas de jornal. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- SANTOS, L. F. dos; TEZANI, T. C. R. Aprendizagem colaborativa no ensino de História: a Sala de Aula Invertida como Metodologia Ativa. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 101–111, 2018. DOI: 10.22456/1679-1916.89302. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/89302>>. Acesso em: 5 abr. 2024
- VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B.; GERALDINI, A. F. S. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 52, p. 455-478, abr./jun. 2017.

<b>Plano de Ensino</b>
------------------------

<b>Disciplina:</b>		História			
<b>Ano (série):</b>	9º ano	<b>Nível:</b>	Ensino Fundamental	<b>Carga horária:</b>	50 minutos

<b>Tema</b>
-------------

O golpe de 1964 e seus desdobramentos em Uberlândia
---

<b>Habilidades Previstas na BNCC</b>
--------------------------------------

<p>(Habilidade EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação de direitos humanos. (Brasil, 2018, p. 431)</p> <p>(Habilidade EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (Brasil, 2018, p. 431)</p>
---

<b>Objetivos</b>
------------------

<b>Objetivo geral:</b>	Investigar uma fonte documental produzida durante a Ditadura Civil-Militar buscando compreender a inclusão de sujeitos da sociedade local uberlandense no processo de repressão, alguns na condição de colaboradores e outros na condição de vítimas
------------------------	--

<b>Objetivos específicos:</b>	<p>Examinar uma fonte documental produzida por autoridades da Ditadura Civil-Militar</p> <p>Identificar os sujeitos que participaram na condição de colaboradores da repressão</p> <p>Identificar os sujeitos vitimados pela repressão</p> <p>Refletir sobre os impactos do processo repressivo na trajetória de vida desses sujeitos</p>
-------------------------------	---

<b>Conteúdo</b>
-----------------

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• O golpe militar de 1964</li> <li>• O início dos processos de repressão da Ditadura Civil-Militar: Ato Institucional N.1 (AI-1) e Inquéritos Policiais Militares (IPMs)</li> <li>• História da cidade de Uberlândia na década de 1960</li> </ul> |
|--|

<b>Metodologia</b>
--------------------

<p>A aula contará com uma atividade de pesquisa e manejo de fontes documentais. Serão disponibilizados aos alunos recortes impressos com trechos do Inquérito Policial Militar instaurado em Uberlândia para a investigação de atividades subversivas. Os recortes serão feitos pelo professor a fim de facilitar a compreensão e a leitura do documento. Os recortes privilegiarão os trechos que mencionam as figuras trabalhadas na aula anterior. Dando continuidade à atividade de pesquisa desenvolvida na aula anterior, a turma será dividida em seis grupos, novamente, e cada grupo deverá ampliar a investigação da biografia do sujeito pesquisado anteriormente. A pesquisa deverá ser feita a partir da fonte documental disponibilizada, seguindo o roteiro elaborado pelo professor. Os resultados obtidos na pesquisa da aula anterior também poderão ser consultados durante a atividade.</p> <p>O roteiro conterá as seguintes questões:</p>
---

Como essa figura foi retratada nessa fonte?

Essa figura aparece no inquérito na condição de delator ou denunciado?

O que pode ter acontecido com essa pessoa após a investigação?

Como ficou a vida pública dessa pessoa após a investigação?

Como parte da atividade, cada grupo também deverá produzir um cartaz trazendo informações sobre a biografia do sujeito pesquisado, a partir dos dados obtidos nas duas etapas de pesquisa. No intuito de orientar a produção, o professor informará duas questões norteadoras que deverão ser contempladas no cartaz:

Como a biografia desse sujeito se relaciona com a história local de Uberlândia?

Como a trajetória de vida dessa figura foi impactada pela Ditadura Civil-Militar?

A confecção do cartaz será iniciada em aula, mas poderá ser finalizada pelos alunos em casa, após o término da aula. Esse produto será utilizado na aula seguinte, no momento de apresentação dos resultados da pesquisa de cada grupo e também será afixado no mural da escola para a composição de um memorial de lembrança aos sessenta anos do Golpe de 1964.

Desse modo, a aula será dividida em dois momentos:

1º Momento: (15 minutos) Apresentação da fonte documental e explicação da atividade.

2º Momento: (35 minutos) Realização da pesquisa e confecção do cartaz.

#### Recursos

Aula dialogada, impressão, papel, lápis, caneta e cartolina.

#### Avaliação

A avaliação será realizada de forma qualitativa e envolverá a participação dos estudantes nas atividades propostas em aula.

#### Referências

- ARQUIVO NACIONAL. **Atividades Subversivas em Uberlândia MG**. Inquérito Policial Militar. Fundo Serviço Nacional de Informações. 58 f. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007683. 1 out. 1982 Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1966514&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1966514&v_aba=1)>. Acesso em 08 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- SANTOS, L. F. dos; TEZANI, T. C. R. Aprendizagem colaborativa no ensino de História: a Sala de Aula Invertida como Metodologia Ativa. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 101–111, 2018. DOI: 10.22456/1679-1916.89302. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/89302>>. Acesso em: 5 abr. 2024
- VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B.; GERALDINI, A. F. S. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 52, p. 455-478, abr./jun. 2017.

<b>Plano de Ensino</b>
------------------------

<b>Disciplina:</b>		História			
<b>Ano (série):</b>	9º ano	<b>Nível:</b>	Ensino Fundamental	<b>Carga horária:</b>	50 minutos

<b>Tema</b>
-------------

O golpe de 1964 e seus desdobramentos em Uberlândia
---

<b>Habilidades Previstas na BNCC</b>
--------------------------------------

<p>(Habilidade EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação de direitos humanos. (Brasil, 2018, p. 431)</p> <p>(Habilidade EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (Brasil, 2018, p. 431)</p>
---

<b>Objetivos</b>
------------------

<b>Objetivo geral:</b>	Discutir os paralelos entre a história local de Uberlândia e a Ditadura Civil-Militar a partir da análise das biografias dos sujeitos que vivenciaram o processo de repressão desenvolvido no período
------------------------	---

<b>Objetivos específicos:</b>	<p>Refletir sobre os paralelos entre a história em nível local e nacional</p> <p>Demonstrar o conhecimento e as reflexões produzidas sobre a temática estudada</p> <p>Dialogar com os demais colegas de turma e o professor sobre a temática em pauta</p> <p>Divulgar para a comunidade escolar o conhecimento produzido</p>
-------------------------------	--

<b>Conteúdo</b>
-----------------

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• O golpe militar de 1964</li> <li>• O início dos processos de repressão da Ditadura Civil-Militar: Ato Institucional N.1 (AI-1) e Inquéritos Policiais Militares (IPMs)</li> <li>• História da cidade de Uberlândia na década de 1960</li> </ul> |
|--|

<b>Metodologia</b>
--------------------

A aula será dividida em três momentos:

1º Momento: Apresentação em grupos dos resultados obtidos nas duas etapas da pesquisa, desenvolvidas nas últimas aulas, com a utilização do cartaz (20 minutos)

2º Momento: Roda de conversa pautada nas seguintes questões norteadoras: Como os processos do Golpe de 1964 e o início da repressão da Ditadura impactaram a sociedade uberlandense? Sujeitos foram perseguidos na cidade? Sujeitos que ocupavam posições de destaque colaboraram com o regime? (25 minutos)

A partir dessas questões norteadoras os alunos serão convidados ao diálogo para expor suas considerações e impressões sobre as temáticas da Ditadura Civil-Militar e da história local de Uberlândia, levando em consideração as pesquisas desenvolvidas anteriormente.

3º Momento: Afixação dos cartazes no mural da escola composição do memorial de lembrança aos sessenta anos do golpe de 1964. (5 minutos)

#### Recursos

Aula dialogada, cartolina

#### Avaliação

A aula contará com avaliações qualitativas e quantitativas. Serão avaliadas as apresentações dos estudantes realizadas no primeiro momento da aula, com a utilização de cartazes, com a atribuição de nota. Também será avaliada a participação dos estudantes na roda de conversa e nos demais momentos da aula, de forma qualitativa.

#### Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (org). **Uberlândia revisitada: memória cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU. 2008.
- FERNANDES, Orlanda Rodrigues. **Uberlândia Impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- SANTOS, L. F. dos; TEZANI, T. C. R. Aprendizagem colaborativa no ensino de História: a Sala de Aula Invertida como Metodologia Ativa. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 101–111, 2018. DOI: 10.22456/1679-1916.89302. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/89302>>. Acesso em: 5 abr. 2024
- VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B.; GERALDINI, A. F. S. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 52, p. 455-478, abr./jun. 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ditadura Civil-Militar foi um período que deixou grandes marcas na sociedade brasileira. Muitos sujeitos aproveitaram-se desse período para adquirir riquezas e poder, aproximando-se dos centros de decisão da política nacional e lá permaneceram, mesmo após o fim do regime ditatorial. Isso aconteceu, também, em cidades do interior do país, como Uberlândia.

Em 1964, os militares deflagraram o golpe, mas contaram com o apoio de vários segmentos da sociedade brasileira, que foi essencial para assegurar a consolidação e perpetuação do regime, ao longo de duas décadas. Nesse contexto, não atuaram apenas empresários detentores de grandes meios de produção da economia nacional, ou sujeitos que ocupavam cargos de alto escalão da política brasileira. As Forças Armadas também contaram com a colaboração de empresários e, especialmente, de políticos de regiões interioranas, das mais diversas localidades do território nacional, como Rondon Pacheco e inúmeros outros.

Ao analisar o recorte local uberlandense, em específico, foi intrigante notar como os políticos locais rapidamente denunciaram seus pares para as autoridades militares, um gesto claro em concordância com os novos rumos tomados pela nação brasileira, após a destituição de um presidente eleito pela via democrática e a instauração de uma ditadura. Foi mais interessante, ainda, observar que muitas das figuras denunciadas, indiciadas no Inquérito Policial Militar, não retornaram ao cenário político posteriormente. Ao passo que os sujeitos que contribuíram com as autoridades militares permaneceram em posições de destaque, nos espaços de poder, ao longo de vários anos. Nesse contexto, pode-se mencionar Paulo Ferolla da Silva - que ocupou o cargo de prefeito municipal na década de 1990 - e Virgílio Galassi - indicado para o cargo de Secretário de Agricultura de Minas Gerais poucas semanas após o golpe e que também foi prefeito municipal, em seu último mandato, até o ano 2000.

Ou seja, certas figuras, como Virgílio Galassi e Paulo Ferolla da Silva, procuraram estabelecer boas relações com as autoridades do regime civil-militar, visando benefícios particulares - a retirada de seus opositores do cenário público e, conseqüentemente, o fortalecimento do poder de seu grupo político. Entretanto, essa questão mereceria, obviamente, uma investigação mais aprofundada em uma pesquisa futura.

A Ditadura Civil-Militar, como já dito, foi um período de grande opressão, que vitimou inúmeros cidadãos brasileiro, inclusive na cidade de Uberlândia. Nesse município, vereadores e demais pessoas da sociedade civil foram perseguidos, tiveram seus mandatos cassados e permaneceram reclusos, em razão das arbitrariedades cometidas pelas autoridades do regime

ditatorial, mediante a convivência de figuras da sociedade civil, que permanecem sendo prestigiadas até os dias de hoje.

No decorrer desse exercício, bem como foram propostas contribuições para o campo do Ensino de História. Tratar da Ditadura Civil-Militar em sala de aula não é uma tarefa fácil, a ditadura é um assunto latente em nossa sociedade, um tema sensível. Todavia, a sua abordagem é imprescindível para assegurar que as violências cometidas no período não sejam silenciadas, especialmente no ensino básico. Em razão disso, foi apresentado um sequenciamento didático sobre a ditadura em diálogo com a história local de Uberlândia, recorte que não costuma ser explorado na educação básica, com o uso de fontes documentais e a adoção de metodologias ativas.

Dessa maneira, o presente estudo buscou problematizar os processos de repressão desenvolvidos na cidade de Uberlândia, com a participação de elementos da sociedade civil. Um esforço feito por meio da análise de fontes documentais, a fim de trazer contribuições para a história local uberlandense, por meio de paralelos com um dos períodos mais sombrios da história nacional, a Ditadura Civil-Militar. Entretanto, esse é um recorte pouco explorado pela historiografia, mas com grandes potencialidades. Este é um estudo inicial, um trabalho de conclusão de curso de graduação, assim, não foi possível esgotar as possibilidades de investigação acerca do assunto ou da documentação mobilizada, como também nunca foi pretendido. Ainda existem vários outros aspectos a serem explorados a partir da análise das fontes, com destaque para o Inquérito Policial Militar, entre outras questões não muito exploradas pela historiografia sobre o recorte local uberlandense.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

ARQUIVO NACIONAL. **Atividades Subversivas em Uberlândia MG**. Serviço Nacional de Informações. Inquérito Policial Militar. 58 f. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007683. 1 out. 1982 Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1966514&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1966514&v_abas=1)>. Acesso em 08 abr. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Atas. N. 64. 12/1963 a 03/1964.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Atas. N. 65. 03/1964 a 06/1964.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Atas. N. 66. 06/1964 a 09/1964.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Livro de Correspondências Expedidas. N. 11. 1964.

HIRABAHASI, G.; Spechoto, C. Brasil tem 918 locais com nomes de presidentes da ditadura 60 anos depois do golpe. **Terra**, 2024. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/brasil-tem-918-locais-com-nomes-de-presidentes-da-ditadura-60-anos-depois-do-golpe,71640d7c5edb447227871fd3f81fef378ee6cle8.html>>. Acesso em: 06 de abr. 2024.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, ano 73, Ed. nº 62, 16 de março de 1964.

MARTINS JÚNIOR, V. Delírios da ordem, fantasmas do progresso. **YouTube**, 28 jul. 2019. 1 vídeo (58 minutos). Disponível em: <<https://youtu.be/q4Rva57YTy8?si=WEIXsb6TLj15x1Al>>. Acesso em: 08 abr. 2024.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro, ano 15, Ed. nº 4301, 16 de março de 1964.

### BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, F. R. de. **O Golpe Civil-Militar de 1964 e suas repercussões em Uberlândia: análise das publicações do jornal Correio de Uberlândia**. 2007. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. *In: Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica*. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.



- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CAINELLI, M. A aula-oficina como possibilidade de mudança metodológica na forma de ensinar história no Brasil. *In*: ALVES, L. A. M.; GAGO M.; LAGARTO M. (org.). **Vinte anos das jornadas internacionais de educação histórica**. Porto: CITCEM, 2021. p. 45-56. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=&tp=4&a=Cainelli&n=Marlene&ida=7415>>. Acesso em 08 abr. 2024.
- DANTAS, S. M. De Uberabinha a Uberlândia: os matizes de um projeto de construção da Cidade Jardim (1900-1950). *In*: BRITO, D. S.; WARPECHOWSKI, E. M. (org). **Uberlândia revisitada: memória cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU. 2008. p. 17-50.
- DREIFUSS, R. A. **1964: A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- FERNANDES, O. R. **Uberlândia Impressa**: a década de 1960 nas páginas de jornal. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- FICO, C. **Além do golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GORENDER, J. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1987.
- GRINBERG, K.; LAGÔA, A. M. M.; GRINBERG, L. **Oficinas de História**: projeto curricular de Ciências Sociais e História. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.
- GUEDES, N. H. **Uberlândia - as facetas políticas entre governos militares e poder público local nos dois primeiros anos de pós-1964**. 2003. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- LOPES, V. M. Q. C. Novos trilhos, outras trilhas...*In*: BRITO, D. S.; WARPECHOWSKI, E. M. (org). **Uberlândia revisitada: memória cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU. 2008. p. 109-140.
- MACEDO, A. P. et al. Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba "Ismene Mendes". **Relatório II**: a face civil da ditadura: o protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica. Uberlândia: EDUFU, 2017. DOI <<http://dx.doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-461-2>>.
- MINORELLI, C.; CHIBA, C. **SuperAÇÃO!** história: 9º ano. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2022.
- MONTENEGRO, A. T. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 29, n. 02, 2012.

Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9974>>. Acesso em: 7 jan. 2024.

NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.  
PEREIRA, N. M. Ensino de história, dever de memória e os temas sensíveis. *In*: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E PROCESSOS EDUCATIVOS: educação, arte e direitos humanos. v. 2. **Anais eletrônicos [...]**. Criciúma: Ed. UNESC. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminarioECPE/article/view/3955>>. Acesso em 5 abr. 2024.

SANTANA, E. D. O. Memórias e cidade: Uberlândia e o movimento popular de 1959. *In*: BRITO, D. S.; WARPECHOWSKI, E. M. (org). **Uberlândia revisitada: memória cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU. 2008. p. 109-140.

SANTOS, L. F. dos; TEZANI, T. C. R. Aprendizagem colaborativa no ensino de História: a Sala de Aula Invertida como Metodologia Ativa. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 101–111, 2018. DOI: 10.22456/1679-1916.89302. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/89302>>. Acesso em: 5 abr. 2024

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, I. R. da. **Flores do Mal na Cidade Jardim**: Comunismo e Anticomunismo em Uberlândia. 2000, 172 f. Dissertação (Mestrado da Universidade Estadual de Campinas) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2000.

SOARES, B. R. Estruturação interna e construção dos signos de modernidade da Cidade Jardim. *In*: BRITO, D. S.; WARPECHOWSKI, E. M. (org). **Uberlândia revisitada: memória cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU. 2008. p. 141-178.

SOARES, G. A. D. O golpe de 64. *In*: SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C. (orgs.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

STEPAN, A. C. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TOLEDO, C. de N. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 13-28, 2004.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B.; GERALDINI, A. F. S. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 52, p. 455-478, abr./jun. 2017.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

**ANEXOS**

**Anexo 01:****Tabela de categorização dos indiciados mencionados no Inquérito Policial Militar**

<b>Indiciado</b>	<b>Categorias do Roteiro de Indiciados em que foi mencionado</b>	<b>Categoria do Relatório em que foi mencionado</b>
Roberto Margonari	1. Indiciados Gerais	5. Diversos ramos de atividade
Milton Vilela	1. Indiciados Gerais	5. Diversos ramos de atividade
Nelson Cupertino	1. Indiciados Gerais 2. Portadores de impressos comunistas	2. Magistério 5. Diversos ramos de atividade
João Jorge Coury	1. Indiciados Gerais	5. Diversos ramos de atividade
José Virgílio Mineiro	1. Indiciados Gerais	1. Associações e Sindicatos
Olívia Calábria	1. Indiciados Gerais 6. Portadores de impressos comunistas	5. Diversos ramos de atividade
Joaquim Ferreira	1. Indiciados Gerais 4. Acusados por testemunhas	5. Diversos ramos de atividade
Afrânio de Azevedo	1. Indiciados Gerais	5. Diversos ramos de atividade
Francisco Carneiro	1. Indiciados Gerais	-
Mário de Guimarães Faria	1. Indiciados Gerais	-
Anísio Jorge Hubaide	1. Indiciados Gerais	5. Diversos ramos de atividade
João Cândido Pereira	1. Indiciados Gerais	1. Associações e Sindicatos
Estellina Saraiva Peano	1. Indiciados Gerais 4. Acusados por testemunhas	1. Associações e Sindicatos 2. Magistério
Manoel Thomaz Teixeira de Souza	1. Indiciados Gerais 4. Acusados por testemunhas	4. Legislativo
Polidoro de Freitas Rodrigues	2. Colaboradores da Imprensa Popular de Uberlândia	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
Cícero Macedo Alvim	2. Colaboradores da Imprensa Popular de Uberlândia	-
Paulo Teixeira	2. Colaboradores da Imprensa Popular de Uberlândia	-
Osvaldo Malaquias	2. Colaboradores da Imprensa Popular de Uberlândia	-
José Malaquias	2. Colaboradores da Imprensa Popular de Uberlândia	-
Otávio Ferreira	3. Pessoas que votaram com o Partido Comunista	-

Filho		
Jerônimo Cardoso	3. Pessoas que votaram com o Partido Comunista 4. Acusados por testemunhas	5. Diversos ramos de atividade
Argemiro Lima	4. Acusados por testemunhas	1. Associações e Sindicatos 4. Legislativo
José de Souza Leles	4. Acusados por testemunhas	2. Magistério
Oscar Virgílio Pereira	4. Acusados por testemunhas	1. Associações e Sindicatos 4. Legislativo
Eckel Santos	4. Acusados por testemunhas	1. Associações e Sindicatos 4. Legislativo
José Barbosa Melgaço	4. Acusados por testemunhas	1. Associações e Sindicatos 2. Magistério
Natal Felice	4. Acusados por testemunhas	-
Nelson de Abreu	4. Acusados por testemunhas	-
Mauro Gomide Borges	4. Acusados por testemunhas	3. Meio Estudantil
Antônio Gonçalves Netto	4. Acusados por testemunhas	5. Diversos ramos de atividade
Luiz Antônio Naves	4. Acusados por testemunhas	1. Associações e Sindicatos
Carlos Sales Franca	4. Acusados por testemunhas	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
Manoel Borrás Netto	4. Acusados por testemunhas	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
Ananias de Paula Costa	4. Acusados por testemunhas	1. Associações e Sindicatos
Guaracy Raniero	4. Acusados por testemunhas	5. Diversos ramos de atividade
João Ribeiro Alvim	5. Acusados que se encontram foragidos	-
José Santana	5. Acusados que se encontram foragidos	-
Teotônio Marques	5. Acusados que se encontram foragidos	-
Juarez Magno de Freitas	5. Acusados que se encontram foragidos	3. Meio Estudantil
Arédio Fernandes Filho	6. Portadores de impressos comunistas	-
Esteban Peano	6. Portadores de impressos comunistas	-
José de Melo	6. Portadores de impressos comunistas	6. Simpatizantes do comunismo não

		subversivos
Neusa Bombonatti	7. Pessoas que estudavam ou lecionaram “Esperanto” e que receberam impressos procedentes da China Comunista	-
João Rodrigues da Silva Junior	7. Pessoas que estudavam ou lecionaram “Esperanto” e que receberam impressos procedentes da China Comunista	-
Olinda Valentim Rosa	7. Pessoas que estudavam ou lecionaram “Esperanto” e que receberam impressos procedentes da China Comunista	-
Carlos de Oliveira Wutke	7. Pessoas que estudavam ou lecionaram “Esperanto” e que receberam impressos procedentes da China Comunista	-
Lourival Aparecido	-	1. Associações e Sindicatos
Tasso de Melo Gonçalves	-	1. Associações e Sindicatos 2. Magistério
João Thomé Ferreira	-	1. Associações e Sindicatos
Adelmo de Oliveira Campos	-	1. Associações e Sindicatos
Mário Faria	-	1. Associações e Sindicatos
Luiz Altafim Neto	-	1. Associações e Sindicatos
Simão de Carvalho Luz	-	1. Associações e Sindicatos
Saulo Rodrigues da Silva	-	1. Associações e Sindicatos 5. Diversos ramos de atividade
Normy Barbosa	-	2. Magistério
Miracy Gustin	-	2. Magistério
Armando Rispoli	-	3. Meio Estudantil
Antenor Lizário Gonçalves	-	3. Meio Estudantil
Lázaro Chaves	-	4. Legislativo
João Pedro Gustin	-	4. Legislativo
Maria Clara Santos	-	5. Diversos ramos de atividade
Alan Kardec Campos	-	5. Diversos ramos de atividade
Iolanda Lima	-	5. Diversos ramos de atividade

Francisco de Paula Carneiro	-	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
Elena Ochoa Carrasco	-	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
José Lobato Sobrinho	-	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
Gilson Regal Pereira	-	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
Fausto Gonzaga Freitas	-	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
Reynaldo Cazabona	-	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
José Luiz de Oliveira	-	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
Carlito Cordeiro	-	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
Marly Bernardes Araújo	-	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos
Geny Tomé	-	6. Simpatizantes do comunismo não subversivos

**Autor: FERREIRA, Lino José Pacheco (Dados retirados do Inquérito Policial Militar)**

## Anexo 02

Tabela de indiciados e seus respectivos denunciantes<sup>61</sup>

Indiciado	Denunciante
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Argemiro Lima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerônimo José Alves</li> <li>• Alceu Santos</li> <li>• Herculano Rodrigues Neves</li> <li>• Silano Abalen</li> <li>• Calcir José Pereira</li> <li>• Walter Pereira</li> <li>• Ataides Tavares Franca</li> <li>• Virgílio Galassi</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oscar Virgílio Pereira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerônimo José Alves</li> <li>• Alceu Santos</li> <li>• Herculano Rodrigues Neves</li> <li>• Paulo Ferolla da Silva</li> <li>• Bolivar Ribeiro Marquez</li> <li>• José Custódio Sobrinho</li> <li>• Roberto Margonari</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eckel Santos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerônimo José Alves</li> <li>• Alceu Santos</li> <li>• Herculano Rodrigues Neves</li> <li>• Paulo Ferolla da Silva</li> <li>• Bolivar Ribeiro Marquez</li> <li>• José Custódio Sobrinho</li> <li>• Roberto Margonari</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Barbosa Melgaço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerônimo José Alves</li> <li>• Alceu Santos</li> <li>• Paulo Ferolla da Silva</li> <li>• Bolivar Ribeiro Marquez</li> <li>• Kazuto Kawamoto</li> <li>• Paulo Brigagão</li> <li>• Arédio Fernandes Filho</li> <li>• Maria Gilda Paiva Maia</li> <li>• Denise Paiva Souza Maia</li> <li>• Dalberto de Rezende Neves</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nelson de Abreu</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerônimo José Alves</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mauro Gomide Borges</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerônimo José Alves</li> <li>• Kazuto Kawamoto</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manoel Thomaz Teixeira de Souza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerônimo José Alves</li> <li>• Herculano Rodrigues Neves</li> <li>• Calcyr José Pereira</li> <li>• Paulo Ferolla da Silva</li> <li>• Bolivar Ribeiro Marquez</li> <li>• Arédio Fernandes Filho</li> <li>• Carlos Gonzaga de Freitas</li> </ul>

<sup>61</sup> Foram inseridos na tabela somente os indiciados cujos denunciante foram registrados de forma explícita no documento



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nelson Cupertino</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• José de Souza Leles</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Calcir José Pereira</li> <li>• Walter Pereira</li> <li>• Virgílio Galassi</li> <li>• Paulo Ferolla da Silva</li> <li>• Raul Pereira de Rezende</li> <li>• Bolivar Ribeiro Marquez</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerônimo Cardoso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Walter Pereira</li> <li>• Bolivar Ribeiro Marquez</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carlos Salles Franca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Walter Pereira</li> <li>• Bolivar Ribeiro Marquez</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Joaquim Ferreira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Virgílio Galassi</li> <li>• Bolivar Ribeiro Marquez</li> <li>• José Custódio Sobrinho</li> <li>• Roberto Margonari</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teotônio Marquez</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Raul Pereira de Rezende</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estelina Saraiva Peano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolivar Ribeiro Marquez</li> <li>• Layrton Borges de Miranda Vieira</li> <li>• Osvaldo Vieira Gonçalves</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Santana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Custódio Sobrinho</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Natal Felice</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angelino Pavan</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ananias de Paula Costa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angelino Pavan</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guaracy Raniero</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angelino Pavan</li> <li>• Osvaldo Vieira Gonçalves</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antônio Gonçalves Netto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antônio Jorge Tannus</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Luiz Antônio Naves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nelson de Abreu</li> <li>• Nelson Dias da Silva</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manoel Borrás Netto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antônio de Almeida Campos</li> <li>• Antônio Lopes de Oliveira</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• João Ribeiro Alvim</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Alves Cruz</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Juarez Magno de Freitas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Celso Corrêa dos Santos</li> </ul>

**Autor: FERREIRA, Lino José Pacheco (Dados retirados do Inquérito Policial Militar)**

### Anexo 03

Tabela de denunciantes e seus respectivos indiciados<sup>62</sup>

Denunciante	Indiciados delatados
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jerônimo José Alves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Argemiro de Lima</li> <li>• Oscar Virgílio Pereira</li> <li>• Eckel Santos</li> <li>• José Barbosa Melgaço</li> <li>• Nelson de Abreu</li> <li>• Mauro Gomide Borges</li> <li>• Manoel Thomaz Teixeira de Sousa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alceu Santos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Argemiro de Lima</li> <li>• Oscar Virgílio Pereira</li> <li>• José Barbosa Melgaço</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Herculano Rodrigues Naves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Argemiro de Lima</li> <li>• Oscar Virgílio Pereira</li> <li>• Eckel Santos</li> <li>• Manoel Thomaz Teixeira de Sousa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Silano Abalen</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Argemiro Lima</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Calcir José Pereira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Argemiro de Lima</li> <li>• José de Souza Leles</li> <li>• Manoel Thomaz Teixeira de Sousa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Walter Pereira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Argemiro de Lima</li> <li>• José de Souza Leles</li> <li>• Jerônimo Cardoso</li> <li>• Carlos de Salles Franca</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ataídes Tavares Franca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Argemiro Lima</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Virgílio Galassi</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Argemiro de Lima</li> <li>• José de Souza Leles</li> <li>• Joaquim Ferreira</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paulo Ferolla da Silva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José de Souza Leles</li> <li>• Oscar Virgílio Pereira</li> <li>• Eckel Santos</li> <li>• José Barbosa Melgaço</li> <li>• Manoel Thomaz Teixeira de Sousa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Raul Pereira de Resende</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José de Souza Leles</li> <li>• Teotônio Marquez</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolivar Ribeiro Marquez</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José de Souza Leles</li> <li>• Jerônimo Cardoso</li> <li>• Oscar Virgílio Pereira</li> <li>• Eckel Santos</li> <li>• José Barbosa Melgaço</li> <li>• Joaquim Ferreira</li> <li>• Manoel Thomaz Teixeira de Sousa</li> </ul>

<sup>62</sup> Foram incluídos na tabela apenas os denunciante que delataram explicitamente indiciados em específico

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estelina Saraiva Peano</li> <li>• Carlos de Salles Franca</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Custódio Sobrinho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oscar Virgílio Pereira</li> <li>• Joaquim Ferreira</li> <li>• José Santana</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Roberto Margonari</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oscar Virgílio Pereira</li> <li>• Joaquim Ferreira</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angelino Pavan</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eckel Santos</li> <li>• Natal Felice</li> <li>• Ananias de Paula Costa</li> <li>• Guaracy Raniero</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Kazuto Kawamoto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Barbosa Melgaço</li> <li>• Mauro Gomide Borges</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paulo Brigagão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Barbosa Melgaço</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arédio Fernandes Filho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Barbosa Melgaço</li> <li>• Manoel Thomaz Teixeira de Sousa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maria Gilda Paiva Maia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Barbosa Melgaço</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Denise Paiva Souza Maia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Barbosa Melgaço</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dalberto de Rezende Neves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Barbosa Melgaço</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antônio Jorge Tannus</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antônio Gonçalves Netto</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nelson de Abreu</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Luiz Antônio Naves</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nelson Dias da Silva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Luiz Antônio Naves</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fausto Gonzaga de Freitas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manoel Thomaz Teixeira de Sousa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nelson Cupertino</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manoel Thomaz Teixeira de Sousa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Layrton Borges de Miranda Vieira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estelina Saraiva Peano</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Osvaldo Vieira Gonçalves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estelina Saraiva Peano</li> <li>• Guaracy Raniero</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antônio de Almeida Campos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manoel Borrás Netto</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Alves Cruz</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• João Ribeiro Alvim</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Celso Correa dos Santos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Juarez Magno de Freitas</li> </ul>

**Autor: FERREIRA, Lino José Pacheco (Dados retirados do Inquérito Policial Militar)**

## Anexo 04

### Lista de Indiciados no Inquérito Policial Militar

- Abedio Fernandes Filho
- Adelmo de Oliveira Campos
- Afrânio de Azevedo
- Alan Kardec Campos
- Ananias de Paula Costa
- Anísio Jorge Hubaide
- Antenor Lizario Gonçalves
- Antônio Gonçalves Netto
- Argemiro de Lima
- Armando Rispoli
- Carlito Cordeiro
- Carlos de Oliveira Wutke
- Carlos Salles Franca
- Cícero Macedo Alvim
- Eckel Santos
- Elena Ochoa Carrasco
- Esteban Peano
- Estelina Saraiva Peano
- Fausto Gonzaga Freitas
- Francisco Carneiro
- Francisco de Paula Carneiro
- Geny Tomé
- Gilson Regal Pereira
- Guaracy Raniero
- Iolanda Lima
- Jerônimo Cardoso
- João Cândido Pereira
- João Jorge Coury
- João Pedro Gustin
- João Ribeiro Alvim
- João Rodrigues da Silva Junior
- João Thomé Ferreira
- Joaquim Ferreira
- José Barbosa Melgaço
- José de Melo
- José de Souza Leles
- José Lobato Sobrinho
- José Luiz de Oliveira
- José Malaquias
- José Santana
- José Virgílio Mineiro
- Juarez Magno de Freitas
- Lázaro Chaves
- Lourival Aparecido
- Luiz Altafim Neto
- Luiz Antônio Naves
- Manoel Borrás Netto
- Manoel Thomaz Teixeira de Souza
- Maria Clara Santos
- Mario Faria
- Mario Guimarães de Faria
- Marly Bernardes Araújo
- Mauro Gomide Borges
- Milton Vilela
- Miracy Gustin
- Natal Felice
- Nelson Cupertino
- Nelson de Abreu
- Neusa Bombonatti
- Normy Barbosa
- Olinda Valentim Rosa
- Olívia Calábria
- Oscar Virgílio Pereira
- Osvaldo Malaquias
- Otávio Ferreira Filho
- Paulo Teixeira
- Polidoro de Freitas Rodrigues
- Reinaldo Cazabona
- Roberto Margonari
- Saulo Rodrigues da Silva
- Simão de Carvalho Luz
- Tasso de Melo Gonçalves
- Teotônio Marques

**Autor: FERREIRA, Lino José Pacheco (Dados retirados do Inquérito Policial Militar)**

## Anexo 05

### Lista de delatores do Inquérito Policial Militar

- Alceu Santos
- Amir Cherulli
- Angelino Pavan
- Antônio de Almeida Campos
- Antônio Jorge Tannus
- Antônio Lopes de Oliveira
- Arédio Fernandes Filho
- Ataídes Tavares França
- Bolivar Ribeiro Marquez
- Calcir José Pereira
- Celso Correa dos Santos
- Dalberto de Rezende Neves
- Denise Paiva Souza Maia
- Fausto Gonzaga de Freitas
- Francisco Ceracon Carrasco
- Herculano Rodrigues Naves
- Jair Moreira Rodrigues
- Jerônimo José Alves
- José Alves Cruz
- José Custódio Sobrinho
- José de Oliveira
- José Porfirio Amorim
- Kazuto Kawamoto
- Layrton Borges de Miranda Vieira
- Luiz Della Pena
- Marcel Brasil Freire Capiberibe
- Maria Clara Santos
- Maria Gilda Paiva Maia
- Nelson Cupertino
- Nelson de Abreu
- Nelson Dias da Silva
- Orides Ferreira
- Orlando Violati
- Osvaldo Vieira Gonçalves
- Paulo Brigagão
- Paulo Ferolla da Silva
- Raul Pereira de Rezende
- Rivadavia Barsanulfo Rocha
- Roberto Margonari
- Silano Abalen
- Virgílio Galassi
- Walter Pereira
- Walter Teodoro

**Autor: FERREIRA, Lino José Pacheco (Dados retirados do Inquérito Policial Militar)**



---

**DECLARAÇÃO DE REGISTRO DE PROJETO DE PESQUISA**

**INICIAÇÃO CIENTÍFICA VOLUNTÁRIA - PIVIC**

---

A Diretoria de Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia declara que o projeto, abaixo discriminado, está devidamente registrado nesta Diretoria, tendo o número de registro:

DIRPE/PIVIC Nº 048/2023

Universidade Federal de Uberlândia  
Murilo Vieira da Silva  
Diretor de Pesquisa  
Portaria nº 339/2021

Telefones: 55-34-3239-4685

---

**Descrição do Projeto**

Coordenador/a (orientador/a) da Pesquisa: Iara Toscano Correia

Estudante: Lino José Pacheco Ferreira

Área: Ciências Humanas

Título do Projeto: A política uberlandense nos "anos de chumbo": uma abordagem metodológica para o Ensino de História

Vigência: AGOSTO/2023 a JULHO/2024